Dossiê de Conflitos Contemporâneos

volume 2, número 1, 2021

ISSN 2763-6518

Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

out./jan. 2021

Dossiê de Conflitos Contemporâneos

Volume 2, número 1

ISSN 2763-6518

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS

Coordenação

Eduardo Mei e Héctor Luis Saint-Pierre

Conselho Editorial

Vitória Totti Salgado

Corpo Editorial

Getúlio Alves de Almeida Neto

Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama

Leonardo Rodrigues Taquece

Maria Aparecida Felix Mercadante

Design e Diagramação

Leonardo Rodrigues Taquece e Maria Aparecida Felix Mercadante

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas'

(Unesp, Unicamp, PUC-SP)

Site: www.santiagodantas-ppgri.org

E-mail: relinter@unesp.br

GEDES
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

OC
Observatório de Conflitos

Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

out./jan. 2021

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS

O **Dossiê de Conflitos Contemporâneos** é fruto da ideia discutida pelos membros do Observatório de Conflitos do GEDES - Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional da Unesp – como espaço de divulgação da pesquisa realizada pelos pesquisadores do grupo. O Dossiê de Conflitos Contemporâneos é uma publicação quadrimestral, exclusivamente realizada por mídias digitais, que pretende publicar contribuições de acadêmicos e pesquisadores de conflitos nacionais, transnacionais e internacionais da contemporaneidade. A presente edição refere-se ao período de outubro de 2020 a janeiro de 2021.

O trabalho realizado pelo Observatório de Conflitos tem como objetivo identificar, compreender, contextualizar, categorizar e antecipar conflitos armados nacionais, transnacionais e internacionais da contemporaneidade, visando divulgar a informação resultante dessas atividades para a comunidade acadêmica e científica e outros setores da sociedade. Por meio da coleta de dados e da produção de análises, o Observatório almeja tornar-se referência de base de dados confiáveis e atualizados sobre conflitos armados nos cinco continentes, para os públicos nacional e internacional.

Facebook: facebook.com/observatoriodeconflitos
Twitter: @oc_gedes
Site: https://gedes-unesp.org/observatoriodeconflitos

SUMÁRIO

EDITORIAL 2
Maria A. Felix Mercadante, Vitória T. Salgado e Laurindo Tchinhama

A LUTA POR INDEPENDÊNCIA DE NAGORNO-KARABAKH 4
Danielle Amaral Makio

AS DIVISÕES LINGUÍSTICAS NO CONFLITO EM CAMARÕES: O MOVIMENTO SEPARATISTA DA REPÚBLICA DA AMBAZÔNIA 11
Getúlio Alves de Almeida Neto

A GUERRA NA SÍRIA: ENTRE ANTIGAS E NOVAS FORMAS DE VIOLÊNCIA 19
Letícia Rizzotti Lima

ISRAEL-PALESTINA: VELHAS PERGUNTAS SEM NOVAS RESPOSTAS 27
Maitê Pereira Lamesa

CONFLITO NO SAARA OCIDENTAL: O RECONHECIMENTO AMERICANO 37
Artur Bertolucci e Ana Clara Figueira Guimarães

OS CONFLITOS NO SUDÃO DO SUL E AS TENTATIVAS DE ALCANÇAR A PAZ . 43
Ligia Maria Caldeira Leite de Campos

CONFLITO NO MÉXICO: DOS MOVIMENTOS GUERRILHEIROS AOS CARTÉIS DE DROGAS 51
João Estevam dos Santos Filho

EDITORIAL

Em março de 2020, um cessar-fogo mundial foi clamado pela Organização das Nações Unidas como forma de facilitar o combate dos países à pandemia do coronavírus. Apesar das respostas iniciais terem sido positivas pelos países em conflito, a "trégua humanitária" não perdurou e, ainda que a atenção de todos e todas estejam voltadas para a grave crise sanitária suscitada pela Covid-19 e os constantes desafios que esta apresenta à saúde pública global e aos sistemas de saúde nacionais, é necessário pontuar a continuidade da conflitualidade internacional. O vírus não silenciou as armas e a grave situação política, econômica e social vivenciada pelas populações e, em meio aos conflitos armados, se soma à incapacidade dos governantes de controlar os efeitos da pandemia e à corrida internacional pela vacinação em massa. Com o cenário crítico na saúde global, convidamos o leitor a refletir sobre a violência armada e a militarização da vida cotidiana como uma das faces mais cruéis dos conflitos contemporâneos.

Nesta segunda edição do Dossiê de Conflitos Contemporâneos, a primeira do ano de 2021, os autores se debruçaram sobre alguns velhos conhecidos, conflitos que há décadas estão presentes nas colunas de política internacional dos jornais brasileiros, que volta e meia aparecem nos noticiários diários, como é o caso da guerra na Síria, do conflito Israel-Palestina e do confronto entre as forças de segurança do Estado mexicano contra os diferentes atores armados presentes em seu território. Não obstante, também ganham destaque outros conflitos armados pouco abordados pela mídia tradicional, como é o caso da reivindicação separatistas da minoria anglófona de Camarões, do conflito pela autonomia do Saara Ocidental com a autodeterminação do povo saarauí e a luta por independência de Nagorno-Karabakh – embora este último tenha ganhado algum espaço na mídia no último ano.

Prevalece nas páginas a seguir a compreensão histórica dos conflitos e seus desdobramentos atuais, enfatizando as suas características multidimensionais e a multiplicidade dos atores envolvidos nas confrontações armadas – agentes estatais e não-estatais, nacionais e estrangeiros –, bem como o transbordamento de interesses geopolíticos protagonizados pelas potências regionais que se sobrepõem à autodeterminação dos povos e terminam por ditar, manter e agravar os conflitos internacionais. Em comum, os conflitos apresentados mostram a fragilidade das instituições, o fracasso das tentativas de resolução locais e internacionais, a falta de capacidade dos governos em promover condições dignas para sua população, bem como

proteção e segurança diante das graves violações de direitos humanos perpetradas por forças armadas nacionais.

Nesse segundo volume, o Observatório de Conflitos propõe-se ao exercício de desnaturalizar os conflitos e explorar as suas origens e motivações, ao mesmo tempo que destaca as consequências diárias que as atuais disputas armadas têm para a vida das pessoas. Em um cenário de crescente mobilidade e vigilância nas fronteiras, pensar os conflitos para além da lógica do Estado e do sistema westfaliano é um desafio que leva o leitor/a a refletir sobre a incongruência entre o Estado e a Nação. Somente a partir da identificação dos atores e de suas motivações nos conflitos é que podemos compreender a sua perenidade. Adentramos uma década de crise econômica, política, sanitária e humanitária, e o Observatório de Conflitos continuará atento aos conflitos armados contemporâneos para que, em alguma medida, possamos trazer visibilidade para os impactos dessas violências para a sociedade.

Maria A. Felix Mercadante, Vitória T. Salgado & Laurindo Tchinhama
Equipe Editorial

A LUTA POR INDEPENDÊNCIA DE NAGORNO-KARABAKH

Danielle Amaral Makio[1]

Fonte: Hoffman (2015).

O horizonte político do enclave de Nagorno-Karabakh (N-K), também conhecido como Artsakh, coloca-se como um verdadeiro obstáculo à estabilidade regional no sul do Cáucaso. A assimetria causada pela existência de um território majoritariamente composto por armênios dentro do Estado azeri fomentaria violentos atritos entre os dois grupos étnicos, atritos estes que permaneceriam latentes mesmo após a assinatura do cessar-fogo em 1994. As históricas demandas do enclave pela união à Armênia são substituídas, nos anos recentes, por demandas separatistas que ambicionam o reconhecimento de N-K como um Estado independente (POKALOVA, 2015).

Nos anos 1920, as nações transcaucasianas, nomeadamente armênios, geórgicos e azeris, buscaram consolidar-se como Estados independentes, iniciando um turbulento processo de demarcação territorial. Neste contexto, os conflitos entre Armênia e

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e no International Master in Central and East European, Russian and Eurasian Studies (Universidade de Glasgow), no qual é bolsista Erasmus Mundus. E-mail: daniellemakio@gmail.com.

Azerbaijão, que já haviam lutado pela posse do enclave de Nagorno-Karabakh[2] antes de tornarem-se repúblicas soviéticas, escalariam substancialmente. Embora as raízes da disputa entre Armênia, cristã, e Azerbaijão, muçulmano de maioria xiita, pelo controle do território aprofundem-se há séculos e tenham um nomeado embasamento étnico-religioso, é notável que o período soviético configura um verdadeiro ponto de viragem na postura dos dois Estado frente à região em virtude do redesenho das fronteiras do Cáucaso desempenhado pela URSS (GEUKJIAN, 2012)

Neste contexto, em 1923, o *Politburo*, comitê de comando da União Soviética, viria a declarar que, apesar da maioria étnica armênia em N-K, o enclave passaria a estar formalmente vinculado ao território do Azerbaijão. Como forma de amenizar as animosidades dos armênios de Karabakh, o Politburo concederia à região o status de província autônoma (*Oblast*) da União Soviética. A despeito da manobra constitucional adotada pelo Partido Comunista, torna-se evidente que os direitos de N-K constituíam um mero estatuto formal, uma vez que o governo azeri continuava a desempenhar um papel dominante em seus assuntos internos, constrangendo não apenas os anseios do vizinho rival, como os da própria população de N-K (DE WAAL, 2003)

As políticas discriminatórias do Azerbaijão frente aos armênios de Karabakh constituiriam um elemento crítico nas reivindicações do enclave pela secessão. Sob a óptica da região fronteiriça, desde a década de 1920, suas características étnicas são constantemente ameaçadas pela nação titular azeri através de medidas como a supressão da história e dos símbolos armênios nas escolas e nos meios de comunicação. As posições mais elevadas na sociedade também tendem a ser delegadas aos nativos azeris, um tratamento preferencial que se torna claro não apenas nas esferas da vida pública, mas também na constituição nacional, que fora gradualmente ajustada em favor da nacionalidade azerbaijana. A questão cultural seria agravada ainda pela forte política de migração promovida pelo Estado para compensar o predomínio da etnia armênia na região, paralelamente a uma política econômica que privaria o enclave do acesso a recursos e investimentos estruturais. Gradualmente, estas intervenções traduzir-se-iam em sistemáticas políticas discriminatórias que visavam sufocar as demandas da região por autonomia e que, inevitavelmente, viriam a representar um elemento crítico das reivindicações de N-K por secessão (BERG; MÖLDER, 2012).

[2] Localizado na região fronteiriça entre Armênia e Azerbaijão.

Em 1988, as preocupações frente ao comportamento hostil de Baku (capital azeri) se traduziriam em demandas substanciais do enclave para sua incorporação à Armênia, Estado com o qual tinha um forte sentimento de identificação em vista da compartilhada origem étnica de ambos. O Comitê Central da URSS, opondo-se a qualquer tentativa de alteração das fronteiras soviéticas e a qualquer mobilização que pudesse fornecer um precedente a demais movimentos separatistas, mostrou-se irredutível frente aos anseios dos armênios de Karabakh (DE WAAL, 2003). No entanto, a linguagem revolucionária da demanda pelo irredentismo enunciaria um novo período de confrontos violentos, cujo ápice culminaria em 1992 (SIMÃO, 2010).

Podemos notar, portanto, que o desmantelamento da URSS (datado de 1991) representou o fim do elemento de autoridade que assegurava a relativa estabilidade na região: durante a era soviética, as demandas do enclave eram verdadeiramente negligenciadas - e sufocadas - pelo *Politburo*, que temia que a concessão de maior autonomia a N-K pudesse fornecer o precedente para a revolta de outros grupos nacionais. No pós-1991, contexto da onda independentista das repúblicas soviéticas, os sucessivos confrontos entre armênios e azeris pela ocupação e controle de N-K escalaram ao nível do embate violento e do isolamento absoluto dos dois grupos étnicos. Em 1992, no episódio conhecido como Massacre de Khojaly, os armênios de Karabakh se rebelariam contra as vilas do enclave de maioria étnica azeri, assassinando e expulsando massivamente o grupo rival. Desde então, o enclave se caracteriza pela população monoétnica, de origem *exclusivamente* armênia. Neste cenário, atesta-se que, a despeito do cessar-fogo acordado em 1994, a ausência de um confronto direto não se traduziu no estabelecimento da paz (DE WAAL, 2003; HILL, 1993).

Diante do cenário de "*no war, no peace*" estabelecido em Nagorno-Karabakh, tem início a intervenção da OSCE (Organization for Security and Cooperation in Europe) no conflito. As ações da organização, neste contexto, procuravam desmantelar o ambiente de demandas totalizantes e desconfiança com vistas a apontar uma alternativa consoante aos princípios, nem sempre conciliáveis, da organização: a integridade territorial dos Estados e o direito dos povos à autodeterminação. A criação do Grupo Minsk em 1992, uma comissão *ad hoc* composta por França, Rússia e Estados Unidos, marca o início da atuação da OSCE no contexto da Transcaucásia. No mesmo ano, entretanto, as reuniões iniciais falham e a ação militar viria a superar a via diplomática. Após a assinatura do cessar-fogo, que se dá em 1994 por forte influência russa, são apresentados os princípios norteadores da atuação da organização no local, princípios estes que englobariam o direito

de Nagorno-Karabakh à autoafirmação, a integridade territorial do Azerbaijão e a garantia de segurança à população do enclave (POKALOVA, 2015).

Uma nova tentativa de estabelecimento de pacote de resolução de conflito é novamente feita pelo Grupo em 1997. A sugestão mantinha o reconhecimento do direito de autoafirmação dos armênios de Karabakh e previa, ainda, a criação de zonas-tampão patrulhadas por operações de *peacekeeping* da OSCE e a concessão da alcunha de unidade estatal do Azerbaijão a N-K. No mesmo ano foi adicionada à proposta uma cláusula de desmilitarização que previa a retirada das tropas das partes envolvidas no conflito. A não definição clara do *status* formal concedido ao território litigioso leva a uma nova rejeição que é seguida por sucessivas tentativas mal sucedidas de negociação (POKALOVA, 2015).

A lentidão e a falta de perspectiva das negociações levantam a necessidade de preenchimento das insuficiências existentes[3] ao longo do processo, um problema cuja solução é então desenhada pelo Processo de Praga que, em 2004, sugere uma aproximação baseada em respeito e confiança mútuos entre ambas as partes negociadoras. Em 2006, entretanto, o frágil horizonte de possibilidades de resolução do conflito sofre uma forte alteração: após realizar uma série de referendos populares, N-K passa a buscar sua independência estrita, não sendo a anexação à Armênia uma opção viável. A atitude dos armênios de Karabakh foi duramente criticada pela OSCE que, em 2007, cria os chamados Princípios de Madrid, prevendo a retirada das tropas dos Estados envolvidos e a realização de um novo referendo acerca do status de N-K. Um novo ponto de viragem da disputa emerge em 2011, durante as negociações de Kaza, onde Armênia e Azerbaijão atacaram-se mutuamente alegando falta de comprometimento e sinceridade de ambas as partes (POKALOVA, 2015).

A análise da atuação da OSCE em N-K permite definir três momentos no conflito: o desejo de independência da região no início das negociações, uma aproximação da Armênia e o consequente desejo de anexação por esta, e uma volta à busca pela independência e pelo reconhecimento internacional. A crescente solidificação das instituições de N-K leva a região a atingir um nível de maturidade suficientemente grande para que a autonomia volte à ordem do dia, agora em caráter definitivo. Paralelamente

[3] Tais quais: i) a então indisposição das partes em fazer concessões em suas demandas a fim de facilitar o processo de negociação; ii) a inabilidade das autoridades responsáveis pela mediação do processo em superar os impasses gerados pela irredutibilidade das posturas assumidas pelos atores em conflito; entre outros.

ao aumento do nível de militarização da segunda metade dos anos 2000, a desconfiança entre as partes e a posição de N-K enquanto estado *de facto* vinha barrando as negociações, uma vez que levantava um impasse dentro do próprio escopo dos princípios da OSCE (MYCHAJLYSZYN, 2001).

O conflito em questão baseia-se, da perspectiva de Karabakh, no direito de autodeterminação dos povos previsto pela organização. Contudo, sob a óptica azeri, há uma clara infração do princípio de integridade territorial. Uma vez que a independência passa a ser a única solução aceita por uma das partes, há uma necessária infração dos fundamentos basilares da OSCE - seja da autodeterminação, seja da integridade territorial. Ademais, outro impasse que dificulta a resolução do conflito em questão é a falta de poder econômico para financiar os projetos propostos pelo Grupo Minsk, fato que dificulta a implementação dos pacotes propostos pela organização e aumenta a influência de grupos interessados na manutenção do conflito (MYCHAJLYSZYN, 2001).

Após anos de congelamento do conflito em vista do insucesso nas negociações e da supressão de interações violentas entre as partes, o conflito voltou a apresentar sinais de retomada das hostilidades em 2016. Após anos de cumprimento do cessar-fogo, em fevereiro de 2016 a Armênia acusaria o Azerbaijão de investidas militares que desrespeitariam o acordo, declaração que causaria movimentações armadas sobre Karabakh por ambas as partes e retomaria o caráter violento do conflito: ao longo de ofensivas que se prolongaram de 2 a 11 de abril, cerca de 200 pessoas foram mortas. Graças à atuação da OSCE e, sobretudo em decorrência de negociações encabeçadas pela Rússia, a escalada foi contida (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2020; THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF ARMENIA, 2016).

A situação do litígio permaneceu estável até meados de 2020, quando o então presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, afirmou que uma resolução militar do conflito seria possível. A declaração foi o estopim para uma nova escalada do conflito, que voltou a contar com investidas militares entre azeris e armênios e mobilizou Rússia, União Europeia e as Nações Unidas. Somadas a este evento podemos, ainda, destacar outras duas questões que têm contribuído para novas reverberações no litígio: (i) a subida do nacionalista Pashynian ao poder na Armênia com seu discurso de construção da “Grande Armênia” e (ii) o apoio da Turquia de Erdogan a nações túrquicas como o Azerbaijão em prol de seu projeto de retomada da grandeza turco-otomana. Sobrepostos, os eventos contribuíram para a remilitarização do conflito entre setembro e outubro de 2020. A partir

de posicionamentos que reiteram a dinâmica de soma-zero que há anos sustenta o cenário irresoluto de N-K, os líderes envolvidos tensionaram ainda mais as possibilidades de reconciliação entre as partes. O episódio só foi controlado após esforços diplomáticos da Rússia, reforçando o peso de Putin sobre o tabuleiro político do Cáucaso (MAKIO, 2020; SPUTNIKNEWS, 2020).

A incongruência entre Estado e nação constitui a lógica fundamental que sustenta o início do conflito em N-K, que ainda hoje permanece sob posse azeri. Os desdobramentos que sucedem o estopim do conflito em 1991, contudo, apontam para uma indelével característica da disputa: o silenciamento dos armênios de Karabakh. Se a princípio temos uma luta por autodeterminação, atualmente temos um contexto em que Armênia e Azerbaijão lutam pelo futuro de um território cujo povo busca por uma independência não atrelada a nenhum dos Estados. O protagonismo de armênios, azeris e terceiros na arena de negociações, assim, parece não necessariamente favorecer os desejos de N-K e coloca em xeque quais interesses têm sido de fato defendidos ao longo do histórico do conflito. Outra questão que merece menção especial é a atuação russa no contexto do litígio. Tipicamente interessada na manutenção de sua influência no espaço pós-soviético, a Rússia sempre se mostrou um ator atento aos desdobramentos do cenário aqui discutido e proativo no que diz respeito à liderança do processo negocial. É este, pois, o panorama geral de um dos mais sangrentos conflitos do Cáucaso, que forçou mais de um milhão de pessoas a deixarem seus lares e matou cerca de trinta mil pessoas entre 1991 e 1994 (THAROOR, 2016).

REFERÊNCIAS

BERG, E.; MÖLDER, M. Who is entitled to ‘earn sovereignty? Legitimacy and regime support in Abkhazia and Nagorno-Karabakh**. Nations and Nationalism.** Estonia, v. 18, n. 3, p. 527-545, 2012

DE WAAL, Thomas. **Black Garden:** Armenia and Azerbaijan through Peace and War. New York: New York University Press, 2003.

GEUKJIAN, Ohannes. **Ethnicity, nationalism and conflict in the South Caucasus:** Nagorno-Karabakh and the legacy of Soviet nationalities policy. England: Ashgate Publishing, 2012.

HILL, R. J. The Soviet Union: From “federation” to “Commonwealth”. **Regional Politics and Policy.** London: v.3, n.1, p.96-122, 1993.

HOFFMAN, Brendan. Slideshow Nagorno-Karabakh. 18 Apr. 2015. 1 fotografia Disponível em: https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/nagorno-karabakh-conflict. Último acesso: 03 mar. 2021.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. The Nagorno-Karabakh Conflict: A Visual Explainer. **International Crisis Group,** n.d. Disponível em: https://www.crisisgroup.org/content/nagorno-karabakh-conflict-visual-explainer. Último acesso: 01 mar. 2021.

MAKIO, Danielle Amaral. Poder e território entre Armênia e Azerbaijão: a escalada do conflito de Nagorno-Karabakh. **Núcleo de Estudos e Análises Internacionais**, 2020. Disponível em: https://neai-unesp.org/poder-e-territorio-entre-armenia-e-azerbaijao-a-escalada-do-conflito-de-nagorno-karabakh/. Último acesso: 02 mar. 2021.

MYCHAJLYSZYN, Natalie. The OSCE and Regional Conflicts in the Former Soviet Union", **Regional & Federal Studies:** vol.11, ed.3, p.194-219, 2001.

POKALOVA, Elena. Conflict Resolution in Frozen Conflicts: Timing in Nagorno-Karabakh. **Journal of Balkan and Near Eastern Studies:** vol.17, ed.1, p.68-85, 2015.

SIMÃO, Licínia. **Engaging Civil Society in the Nagorno-Karabakh Conflict:** What Role for the EU and its Neighbourhood Policy? Brighton: MICROCON, 2010.

SPUTNIKNEWS. Qual a razão da escalada do conflito entre Armênia e Azerbaijão? **Sputniknews**, 2020. Disponível em: https://br.sputniknews.com/sputnik_explica/2020073015886307-qual-razao-escalada-conflito-armenia-azerbaijao/. Último acesso: 02 mar. 2021.

THAROOR, Ishaan. The crisis over Nagorno-Karabakh, explained. **The Washington Post,** 2016. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/04/05/how-the-crisis-over-nagorno-karabakh-could-get-worse-fast/. Último acesso: 03 mar. 2021.

THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF ARMENIA. High level Armenian-Russian negotiations took place in Moscow. **The President of the Republic of Armenia**, 2016. Disponível em: https://www.president.am/en/press-release/item/2016/03/10/President-Serzh-Sargsyan-meeting-with-President-of-Russian-Federation/. Último acesso: 01 mar. 2021.

AS DIVISÕES LINGUÍSTICAS NO CONFLITO EM CAMARÕES: O MOVIMENTO SEPARATISTA DA REPÚBLICA DA AMBAZÔNIA

Getúlio Alves de Almeida Neto[1]

Fonte: Kindzeka (2019).

Em outubro de 2016, deflagrou-se o conflito conhecido como "Crise Anglófona" entre o governo central de Camarões e o movimento separatista da República da Ambazônia, nas regiões Sudoeste e Noroeste do país. Segundo os separatistas, a minoria anglófona camaronesa sofre com políticas discriminatórias que favorecem política, cultural e economicamente a população falante de língua francesa. As diferenças linguísticas e políticas que levaram à eclosão das hostilidades têm suas raízes no passado colonial e no processo histórico de formação do Estado camaronês pós-independência.

Camarões foi disputado entre os impérios colonizadores europeus no século XIX e XX, período em que seu território passou pelo domínio de alemães, ingleses e franceses. Os alemães chegaram pela primeira vez ao país em 1868 e declararam-no colônia do Império Alemão em 1884, permanecendo assim até o fim da Primeira Guerra Mundial. Em 1922, o país foi dividido em dois mandatos: Camarões Franceses e Camarões Britânicos – este, por sua vez, subdividido em Camarões do Norte e Camarões do Sul –

[1]Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e bolsista CAPES. E-mail: getulio.neto@unesp.br

que representavam, respectivamente, 80% e 20% do território camaronês (DELANCEY, M.D; MBUH; DELANCEY, M.W, 2010; CAMEROON profile, 2018).

Em 1960, o Camarões Franceses se tornou independente e formou a República de Camarões, sob a Presidência de Ahmadou Ahidjo. No ano seguinte, o Camarões Britânicos se dividiu por meio de um plebiscito realizado em 11 de fevereiro, cujo resultado foi a incorporação do Camarões do Norte, de maioria muçulmana, à Nigéria, ao passo que o Camarões do Sul se tornou uma federação da República de Camarões. Em 1 de outubro do mesmo ano, foi estabelecida uma nova Constituição que estabeleceu a unificação da República Federativa de Camarões. Em 1965, Ahidjo foi reeleito presidente e, no ano seguinte, foi criado o partido União Nacional de Camarões (UNC), que se tornou o único do país, após a dissolução dos três principais partidos camaroneses à época, todos da parte ocidental[2]. Em 21 de junho de 1972, o país se tornou um Estado unitário (DELANCEY, M.D; MBUH; DELANCEY, M.W, 2010).

Ahidjo abdicou do cargo em 1982, supostamente por motivos de saúde. Seu sucessor, Paul Biya, assumiu como presidente em 6 de novembro de 1983. Após sete reeleições seguidas, Biya está há 37 anos no cargo[3]. Tanto Ahidjo quanto Biya são camaroneses francófonos e, nesse sentido, a história camaronesa pós-independência é constituída por apenas dois presidentes, o que contribuiu para a centralização do poder político nas mãos da população falante de francês. À vista disso, a região anglófona, antigo Camarões do Sul, tornou-se palco do nascimento de um movimento que reivindicava maior autonomia frente ao governo de Yaoundé, capital camaronesa. O movimento passou a ganhar mais força política a partir de 1990, quando houve a volta do sistema multipartidário no país. Ao longo dessa década, começaram a surgir focos de tensão. Em 30 de dezembro de 1999, o Conselho Nacional do Camarões do Sul (CNCS), uma organização política não-armada formada em 1995, proclamou a independência de Camarões do Sul (DELANCEY, M.D; MBUH; DELANCEY, M.W, 2010), sem, no entanto, qualquer reconhecimento internacional. Em 2001, uma coalizão de movimentos separatistas foi formada em Washington, Estados Unidos, sob o nome de Administração Provisória do Camarões do Sul Britânico, reivindicando a autoridade, não reconhecida

[2] Partido Nacional Democrático de Camarões (KDNP); Convenção Nacional dos Povos Camaroneses (CPNC) e Congresso Unido de Camarões (CUC). Cf. DeLancey, M.D; Mbuh e DeLancey, M.W, 2010

[3] Paul Biya é o segundo chefe de Estado na África há mais tempo no poder, apenas atrás do líder da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang, segundo Cascais, 2018.

pelo governo central ou internacionalmente, sobre o território da Ambazônia. (UNITED STATES, 2002).

O conflito permaneceu latente até outubro de 2016, quando se iniciou a chamada "Crise Anglófona". O estopim para a crise foi a indicação de juízes francófonos para as regiões anglófonas feita pelo governo camaronês, gesto visto por juristas como uma ameaça ao sistema de *common law*[4] da região. Professores também se opuseram à contratação de colegas que falavam apenas o francês. O Consórcio da Sociedade Civil Anglófona Camaronesa (CACSC, na sigla em inglês), uma organização entre advogados e professores da região, iniciou uma greve e uma série de protestos alegando histórica marginalização dos falantes de inglês frente ao governo central (KÖPP, 2019). Este reagiu de forma repressiva aos protestos e ao menos 100 pessoas foram presas na cidade de Bamenda (BAMENDA PROTESTS…, 2016). Após negociações entre a CACSC e o governo falharem, líderes do movimento iniciaram novas greves gerais e adotaram estratégia de "cidades fantasma", realizadas às segundas-feiras, que consistia no boicote de escolas e comércios pela população da região da Ambazônia. Em resposta a esse movimento, o governo camaronês interrompeu o acesso à Internet por 94 dias, entre 17 de janeiro e 20 abril de 2017 (VICTORY IN…,2017)

As hostilidades agravaram-se com a declaração de guerra feita por Benedict Kuah, líder do grupo Forças de Defesa da Ambazônia (ADF, na sigla em inglês), com o objetivo de assegurar o comando da região, considerando o governo central camaronês como ilegítimo e perpetrador de abusos aos direitos humanos (BREAKING NEWS…,2017). Uma nova declaração de independência da Ambazônia foi feita em 01 de outubro de 2017 pela Frente Unida do Consórcio Ambazônia dos Camarões do Sul (SCACUF, na sigla em inglês), data simbólica em referência à independência do Camarões do Sul, em 1961 (ESSA, 2017). O SCACUF se estabeleceu como uma organização guarda-chuva, reunindo vários movimentos separatistas.

No entanto, vale ressaltar que o movimento político da Ambazônia é difuso e, muitas vezes, marcado pelos posicionamentos opostos entre diferentes grupos, a destacar:

[4] *Common law* é um tipo de sistema jurídico praticado no Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e comum em outros países que foram colônia do Império Britânico. Diferentemente do direito romano-germânico, como é o caso do Brasil, no qual as decisões são guiadas por uma legislação específica, o *common law* desenvolve-se com base em decisões anteriores dos tribunais que estabelecem uma jurisprudência e, portanto, um costume que deve balizar a conduta da decisão do juiz. Ver Campos, 2017.

separatistas, federalistas e apoiadores de uma maior descentralização política. Segundo o *International Crisis Group (ICG)* existiam, em 2019, sete grupos armados no contexto da crise desde o seu estopim em 2017. No entanto, o relatório do ICG ressalta que o apoio a estes grupos tem diminuído ao longo do tempo devido aos abusos da força empregada por seus membros e da violência gerada pela escalada do conflito com as forças armadas. Conforme o relatório do Centro para Direitos Humanos e Democracia na África (CHRDA, na sigla em inglês), publicado em junho de 2019, os grupos armados realizaram ataques em 216 vilas, com queimadas e violações de direitos humanos. Além disso, o mesmo relatório alerta para o fato de que a violência de gênero é uma das principais questões nos desdobramentos do conflito. Ao menos 75% das mulheres entrevistadas afirmam ter sofrido violência física e sexual por forças separatistas ou do Estado. O governo, no entanto, nega quaisquer acusações.

Em geral, o movimento separatista da Ambazônia é dividido em dois grupos políticos principais: o Governo Interino da República Federal da Ambazônia (IG, na sigla em inglês), criado por Julius Ayuk Tabe, como movimento sucessor ao SCACUF, e o Conselho de Governo da Ambazônia (AGC, na sigla em inglês), comandado por Ayaba Cho Lucas, residente na Noruega. Cada um destes reivindica ser o governo legítimo da região, sendo que o IG é o grupo com maior apoio entre os separatistas. Além disso, a discordância entre os dois grupos se dá pela forma de organização, estratégias e objetivos. Em linhas gerais, a maior parte dos membros da AGC tem um posicionamento mais linha-dura do que os da IG, e vislumbram o separatismo como única possibilidade de resolução do conflito[5]. Por sua vez, o IG é, de forma geral, contrário às ações de ataques em áreas francófonas, como feito pela AGC. Como resultado da discordância, em 2018 houve disputas entre os dois grupos políticos que resultaram na morte de 12 pessoas (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019).

A participação de outros atores, sejam eles internos ou externos, também vem exercendo papel em tentativas de resolução do conflito. Destacam-se entidades religiosas como a Conferência Nacional Episcopal de Camarões, representante da Igreja Católica, e o Vaticano, que buscaram estabelecer um canal de diálogo entre as partes, no entanto frustrado. A oposição francófona ao governo de Biya critica-o na forma como este lida

[5] Contudo, alguns membros da AGC são favoráveis a um possível processo de federalização ou uma confederação entre as regiões anglófonas e francófonas (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019).

com a crise, mas também se mostrou incapaz de promover uma solução. Outros países buscam incentivar o diálogo entre as partes, mas divergem quanto à forma e à profundidade com as quais estão relacionados com o conflito. Os Estados Unidos advogam pela consideração do governo central sobre a autonomia da região anglófona e pressionam Biya com acusações de violações de direitos humanos, ameaçando diminuir a ajuda militar estadunidense às forças camaronesas. Já os governos do Canadá, Alemanha e Reino Unido condenam ambas as partes do conflito pela escalada da violência, mas tendem a ser mais críticos em relação ao governo central. Em especial, a França tem atuado de forma mais diplomática a partir da relação entre o presidente francês Emmanuel Macron e Paul Biya. Nesse sentido, Macron busca posicionar a França como um ponto de equilíbrio, menos incisivo que as pressões da União Europeia e dos Estados Unidos, e é o único líder capaz de conseguir um diálogo entre Biya e os movimentos anglófonos (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019).

No contexto africano, a Nigéria, país vizinho de Camarões que recebeu até 2019 35 mil refugiados camaroneses, também é um ator com grande capacidade de influenciar nas negociações entre as partes e no fim do conflito. Os nigerianos, principalmente do leste do país, tendem a ser simpáticos às reivindicações dos camaroneses anglófonos. No entanto, um posicionamento muito assertivo da Nigéria em favor dos separatistas da Ambazônia é improvável. O presidente nigeriano, Muhamadu Buhari, é aliado de Biya na luta contra o grupo extremista Boko Haram, que atua em ambos os países. Além disso, a Nigéria também lida com um movimento secessionista em seu território, na região de Biafra. Em 2018, o governo nigeriano prendeu separatistas camaroneses em sua capital, Abuja, e os enviou de volta para as forças de segurança do Camarões (INTERNATIONAL GRISIS GROUP, 2019).

Entre os presos estava Julius Tabe, líder do IG. Tabe foi substituído por Samuel Ikome Sako, que não conta com o mesmo apoio do grupo que seu antecessor. Todavia, durante seu período como líder, Sako conseguiu formar uma frente única dos movimentos da Ambazônia, chamado de Conselho de Liberação do Camarões do Sul (SCLC, na sigla em inglês), que reunia sete movimentos. O SCLC foi formado em uma reunião em Washington, em abril de 2019, mas não contou com a participação de AGC, já que seu líder, Cho Lucas, recusou o convite (NCHANJI, 2019). Em maio de 2019, Tabe, ainda na prisão, divulgou uma carta na qual dissolvia o gabinete de Sako e buscava novamente se estabelecer como presidente legítimo da Ambazônia. Sako se recusou a entregar o cargo e, em meio à crise interna no IGC, Cho Lucas declarou apoio a Tabe, em um movimento

inédito de aproximação entre os dois principais líderes dos movimentos separatistas (CAMEROON: SEPARATISTS…, 2019).

Em 20 de agosto de 2019, Tabe e outros participantes do movimento foram condenados à prisão perpétua e ao pagamento de uma multa milionária pelo tribunal militar do país (ASEN, 2019). No entanto, a defesa de Tabe não reconheceu a sentença e criticou a ação do tribunal que, por meio da decisão, impedia o desenvolvimento de um diálogo entre as partes, justamente em um momento em que conversas eram mediadas pela Suíça (KINDZEKA, 2019).

Ao longo de 2020, as hostilidades continuaram a acontecer, como visto no episódio do Massacre de Ngarbuh, no qual 22 pessoas foram assassinadas, das quais mais da metade eram crianças (CHILDREN AMONG…, 2020). Supostamente, os assassinatos foram executados por seis soldados das forças armadas camaronesas. Paralelamente, segundo um artigo publicado no jornal *The African Report*, o governo de Yaoundé havia enviado uma delegação, em 02 de julho, para negociar com Tabe um acordo de cessar-fogo na região da Ambazônia. Na reunião, Tabe teria estabelecido quatro condições para um acordo: 1) o acordo teria de ser anunciado publicamente pelo presidente Paul Biya; 2) a retirada das forças militares das regiões sudoeste e noroeste; 3) anistia geral para todos os prisioneiros da Ambazônia, que deveriam ser soltos de imediato; 4) as negociações deveriam ser feitas fora de Camarões (CAMEROON: GOVERNMENT…, 2020). Em outubro e novembro, uma série de ataques perpetrados por separatistas a escolas da região anglófona camaronesa foram realizados, resultando no sequestro de 17 professores, morte de 8 crianças e outras 12 feridas, e destruição dos prédios (COBO, 2020; ANISTIA INTERNACIONAL, 2020).

Os diálogos entre o governo e Tabe foram o primeiro passo para a solução da crise camaronesa desde 2017. Não obstante, a tensão no território da Ambazônia, persiste. De forma análoga às origens do conflito, baseado sobretudo em questões linguísticas, a incapacidade de diálogo entre os atores torna improvável que qualquer acordo seja alcançado. O governo de Paul Biya tem se mostrado irredutível ao negociar com os separatistas. A grande diversidade de grupos políticos armados, refletidos na clivagem entre o IG e AGC, torna ainda mais complexa a definição de um possível acordo e o comprometimento com as medidas que forem estabelecidas. Nesse sentido, a atual situação de Camarões se apresenta como mais um exemplo de reflexo do período colonial e da falta de uma história política democrática de fato.

REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. Cameroon: Killing of eight schoolchildren is a new low in devastating Anglophone crisis. 26 out. 2020. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/10/cameroon-killing-of-eight-schoolchildren-is-a-new-low-in-devastating-anglophone-crisis/. Acesso em: 29 dez. 2020.

ASEN, Elisabeth. Camarões: Separatistas anglófonos condenados à prisão perpétua. **Deutsche Welle**. 21 ago. 2018. Disponível:https://www.dw.com/pt-002/camar%C3%B5es-separatistas-angl%C3%B3fonos-condenados-a-pris%C3%A3o-perp%C3%A9tua/a-50111431. Acesso em: 28 dez. 2020.

BAMENDA protests: Mass arrests in Cameroon. **BBC NEWS**. 23 nov. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-africa-38078238. Acesso em: 28. dez. 2020.

BREAKING NEWS: ADC Lands Ground Troops in Southern Cameroons, Declares War on LRC. **Daily News Cameroon**. 10 set. 2017. Disponível em: https://www.dailynewscameroon.com/breaking-news-adc-lands-ground-troops-in-southern-cameroons-declares-war-on-lrc/. Acesso em: 28 dez. 2020.

CAMEROON: Government is secretly negotiating with the Ambazonians. **The Africa Report**. 06 jul. 2020. Disponível: https://www.theafricareport.com/32444/cameroon-government-is-secretly-negotiating-with-the-ambazonians/. Acesso em: 28 dez. 2020

CAMEROON: Sepratist hardliners react after impeachment of detained Ambazonia leader. **Journal du Cameroun**. 12 jun. 2019. Disponível em: https://www.journalducameroun.com/en/cameroon-sepratist-hardliners-react-after-impechment-of-detained-ambazonia-leader/. Acesso em 28 dez. 2020.

CAMEROON profile - Timeline. **BBC NEWS**. 22 out. 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-africa-13148483. Acesso em: 28 dez. 2020.

CAMPOS, Fernando Teófilo. Sistemas de Common Law e Civil Law: conceitos, diferenças e aplicações: breves apontamentos sobre os Sistemas de Common Law e Civil Law. Dez. 2017. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/62799/sistemas-de-common-law-e-de-civil-law-conceitos-diferencas-e-aplicacoes. Acesso em: 29 dez. 2020.

CASCAIS, António. Paul Biya: O Presidente dos sete mandatos consecutivos nos Camarões. **Deutsche Welle**. 24 out. 2018. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/paul-biya-o-presidente-dos-sete-mandatos-consecutivos-nos-camar%C3%B5es/a-46010581. Acesso em: 28 dez. 2020.

CENTER FOR HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY IN AFRICA. **Cameroon's Unfolding Catastroph**: Evidence of Human Rights Violations and Crimes against Humanity. 3 jun. 2019. Disponível em: https://www.chrda.org/cameroons-unfolding-catastrophe-evidence-of-human-rights-violations-in-cameroon-download-summary-pdf-2/. Acesso em: 28 dez. 2020.

CHILDREN among 22 killed in attack on Cameroon village. **BBC NEWS**. 17 fev. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-africa-51526358. Acesso em: 28 dez. 2020

COBO, Beatriz. Violence in Cameroonian schools: Anglophone crisis deteriorates. **Atalayar**. 14 nov. 2020. Disponível em: https://atalayar.com/en/content/violence-cameroonian-schools-anglophone-crisis-deteriorates. Acesso em: 29 dez. 2020.

DELANCEY, Mark Dike; MBUH, Rebecca Neh; DELANCEY, Mark W.. **Historical Dictionary of the Republic of Cameroon**. 4. ed. Lanham, Maryland: The Scarecrow Press, Inc., 2010. (Historical Dictionaries of Africa). Disponível em: http://shcas.shnu.edu.cn/_upload/article/files/0e/08/4b0564f84fd9b9a65bde70ec5e4a/67ccaabe-3afc-4fb2-9df9-b7b27b0ebc0a.pdf. Acesso em: 28 dez. 2020.

ESSA, Azad. Cameroon's English-speakers call for independence. Al Jazeera. 01 out. 2017. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2017/10/1/cameroons-english-speakers-call-for-independence. Acesso em: 28 dez. 2020.

KINDZEKA, Moki. Cameroon military deployed to protect schools and the population in Barmenda. 21 ju. 2019. 1 fotografia. Disponível em: https://www.voanews.com/africa/civilians-accuse-military-brutality-cameroons-anglophone-regions. Acesso em: 28 dez. 2020.

KINDZEKA, Moki. Switzerland Says It Is Mediating Talks as Cameroon's Separatist Crisis Deepens. Switzerland Says It Is Mediating Talks as Cameroon's Separatist Crisis Deepens. **VOA NEWS**. 20 jul. 2019. Disponível em: https://www.voanews.com/africa/switzerland-says-it-mediating-talks-cameroons-separatist-crisis-deepens. Acesso em: 28 dez. 2020.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Cameroon's Anglophone Crisis: How to Get to Talks?** Africa Report N°272. 02 May 2019. Disponível em: https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/cameroon/272-crise-anglophone-au-cameroun-comment-arriver-aux-pourparlers. Acesso em: 28 dez. 2020.

KÖPP, Dirke. Crise anglófona: Início do diálogo nacional nos Camarões. Deutsche Welle. 01 out. 2019. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/crise-angl%C3%B3fona-in%C3%ADcio-do-di%C3%A1logo-nacional-nos-camar%C3%B5es/a50653409#:~:text=Tudo%20come%C3%A7ou%20h%C3%A1%20tr%C3%AAs%20anos,angl%C3%B3fonas%20do%20pa%C3%ADs%20em%20desvantagem. Acesso em: 28 dez. 2020.

NCHANJI, Hanson. Federalists Meet Restorationists, Which Group Will Perform The Osmosis? **Cameroon News Agency**. 29 mar. 2019. Disponível em: https://cameroonnewsagency.com/federalists-meet-restorationists-which-group-will-perform-the-osmosis/. Acesso em: 28 dez. 2020.

SUSPECTED Ambazonia Fighters Kill Truck Driver In Mile 29, Relatives Denounce Gendarme Extortion. **Cameron News Agency**. Disponível em: https://cameroonnewsagency.com/suspected-ambazonia-fighters-kill-truck-driver-in-mile-29-relatives-denounce-gendarme-extortion/. Acesso em: 28 dez. 2020.

UNITED STATES BUREAU OF CITIZENSHIP AND IMMIGRATION SERVICES. **Cameroon: Information on Ambazonia, Cameroon Democratic Party, Social Democratic Front (SDF), and Anti-Gang [Brigade]**, 20 December 2002, disponível em: https://www.refworld.org/docid/3f51e5a92.html. Acessso em 28 dez. 2020

VICTORY in Cameroon: after 94 days, the internet is back on. **Access Now**. 20 abr. 2017. Disponível em: https://www.accessnow.org/victory-cameroon-94-days-internet-back/. Acesso em: 28 dez. 2020.

A GUERRA NA SÍRIA: ENTRE ANTIGAS E NOVAS FORMAS DE VIOLÊNCIA

Letícia Rizzotti Lima[1]

Fonte: Manzano (2012).

A atual Guerra na Síria se desenrolou de uma série de revoltas populares no Norte da África e no Oriente Médio em 2011, no bojo do movimento conhecido como Primavera Árabe. As manifestações levaram parte das populações às ruas em oposição a governos autoritários longevos da região, e foram amplamente noticiadas pelas principais agências de notícias internacionais como um levante pela liberdade política. Ainda que a prática de repressões violentas aos civis tenha sido um importante motor da permanência das pessoas nas ruas, a grave crise econômica que atingia especialmente os países dependentes da exportação petrolífera já havia deteriorado as condições de vida, espalhando descontentamento. Em 2010, 20% dos sírios viviam precariamente fruto da migração do campo para as cidades, 30% estavam abaixo da linha da pobreza e 11% não tinham condições de subsistência (PHILLIPS, 2016, p.47).

[1] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Graduada em Relações Internacionais pela Unifesp. Pesquisadora do GEDES. E-mail: leticia.rizzotti@gmail.com.

O abandono social gerado pelas reformas neoliberais no início do governo de Bashar al-Assad e o clima de oposição política na região foram o estopim para as revoltas populares, recepcionadas pelo governo com forte repressão armada e violência policial. Relatos apontam para o uso de infiltrados armados de Assad nos protestos para justificar o uso de armas na repressão (KALDOR, 2018), e em julho de 2011, 1900 pessoas haviam sido mortas no contexto das manifestações segundo relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) (KALDOR, 2018, p.162). Com o alto grau de violência, grupos armados foram organizados com a defecção de militares, beneficiando-se dos interesses geopolíticos no país e do financiamento de organizações criminosas e atores internacionais, formando assim um dos conflitos mais letais e multifacetados em curso hoje (KALDOR, 2018).

A guerra conta com características híbridas importantes dos conflitos da globalização: tem grupos paraestatais pulverizados, financiados por meios pouco claros e é influenciada por interesses geopolíticos significativos. Antes de detalhar essa dinâmica que une fases complexas do fenômeno conflitivo contemporâneo, vale pontuar a difícil negociação internacional que se instalou sobre a situação, ainda em curso quase uma década após o início da violência em massa.

Enquanto o contexto local era amplamente influenciado pela condição de precarização da vida das pessoas e pelos levantes regionais contra governos, o arcabouço institucional da comunidade internacional sobre a paz e a segurança internacional – centrada no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) – foi tomado pela crise de legitimidade dos instrumentos intervencionistas por outro conflito da mesma conjuntura. A debacle do governo na Líbia, marcado por características semelhantes ao sírio, também no bojo da Primavera Árabe, ensejou a operação comandada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com um mandato autorizado pelo CSNU, justificada com o uso inédito do princípio de Responsabilidade de Proteger (conhecido pela sigla em inglês: R2P)[2]. O resultado dessa operação foi bastante controverso, e as potências ocidentais comandantes da missão (França, Reino Unido e

[2] A R2P foi inaugurada em 2001 a reboque das críticas sobre intervenções humanitárias dos anos 1990, e prevê no texto original a reinterpretação da soberania territorial, a partir da corresponsabilidade entre agentes estatais e comunidade internacional, a fim de proteger populações vítimas de violência em larga escala (ICISS, 2001; WEISS, 2007). Suas características e possibilidades de uso são francamente debatidas após a operação na Líbia, em função da ação da OTAN que derrubou o governo de Gaddafi e ampliou a instabilidade política. Para detalhes deste debate, consultar entre outros BELLAMY, 2011 e WELSH, 2013.

EUA) foram acusadas de subverter o mandato para levar a cabo seus interesses na região e operar uma mudança de regime (BASARAN, 2014; BELLAMY, 2011; THAKUR, 2013).

Esse episódio antecedeu imediatamente a crise na Síria e abriu uma das mais graves crises de legitimidade dos instrumentos de intervenção dos últimos 30 anos[3]. Com a repercussão negativa do engajamento na Líbia, a discussão sobre a imperatividade da proteção – arguida pelos defensores da R2P (BELLAMY, 2011; CROSSLEY, 2020) – foi embargada pelos evidentes interesses geopolíticos de Estados Unidos e Rússia (WELSH, 2013), e a retórica sobre o abalo na Líbia serviu de combustível para a reticência na autorização de qualquer atuação multilateral mais ousada (CARVALHO, LIMA, 2020). Vale frisar que o embate narrativo sobre a R2P não explica em si mesmo o entrave do CSNU ainda vigente sobre a Síria, a presença de interesses geopolíticos contundentes diminui a capacidade de acordo sobre ações mais invasivas. Além disso, o elemento político da opinião pública sobre interesses ocidentais escusos (THAKUR, 2013) serviu à posição de inação multilateral no CSNU.

Com o entrave no âmbito decisório da governança global, o conflito se instaurou com uma miríade de atores que desempenharam papéis significativos em momentos distintos. O Uppsala Conflict Data Program (UCDP) aponta que a guerra se divide em sete fases com a predominância de determinados grupos: 1) início dos protestos e formação inicial de milícias em 2011; 2) rebelião armada e a ascensão dos grupos rebeldes em 2012; 3) a intervenção do Hezbollah em 2013; 4) a expansão do Estado Islâmico (ISIS) em 2014; 5) a intervenção russa em 2015; 6) a intervenção turca em 2016; e 7) o declínio de grupos rebeldes desde 2017 (UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM, [2020]). Nesta cronologia ainda vale acrescentar o bombardeio realizado por tropas estadunidenses em abril de 2018 apoiadas por França e Reino Unido, reeditando a "coalizão da boa-vontade"[4] por sua operação fora da legalidade internacional (CARVALHO, RIZZOTTI LIMA, 2018).

Dos múltiplos grupos rebeldes formados na eclosão da guerra, vale mencionar o Conselho Nacional Sírio[5], que foi criado em Istambul ainda em setembro de 2011 por incentivo de atores externos como uma base unida para a oposição em exílio, entretanto

[3] Para detalhes da avaliação dos parâmetros de legitimidade em intervenções humanitárias, consultar CARVALHO, LIMA, 2020.
[4] Grupo de países apoiadores da invasão do Iraque pelos EUA em 2003.
[5] Traduzido livremente do inglês "Syrian National Council".

não conseguiu evitar a pulverização de atores em campo. Foi financiado principalmente pela Turquia e pelo Qatar, e adotou inicialmente uma postura antimilitarização das tensões e contra a intervenção multilateral – este posicionamento foi abandonado já em março de 2012 (KALDOR, 2018). Em 2013, a Coalizão Nacional para Revolucionários Sírios e Forças Opositoras[6] foi formada com a mesma intenção do Conselho, e igualmente não conseguiu superar as cisões impostas pela conjuntura (KALDOR, 2018).

No que diz respeito aos grupos armados, coalizões foram agregadas a fim de coordenar e distribuir armas e financiamento, provenientes tanto de atores estatais, quanto privados. Dentre elas, destacam-se o Exército Livre Sírio[7], o Alto Conselho Militar[8] e o Comando Supremo Militar[9]. No começo da atuação armada, o objetivo central dos grupos era criar o apelo para uma intervenção internacional mais robusta que se unisse à luta contra Assad (KALDOR, 2018). Contudo, com a repercussão sobre o processo líbio poucos meses antes, a tônica internacional se esquivou das ações multilaterais e adotou práticas opacas de envolvimento.

Ademais, dois outros atores ganharam importante papel pelo controle territorial que exerceram: o Estado Islâmico, conhecido como ISIS, e o Partido da União Democrática Curda[10] (PYD). O ISIS descendeu de um braço iraquiano da Al-Qaeda atuante especialmente no contexto conturbado após a queda de Saddam Hussein, sua frente se identificava não apenas com as técnicas de terrorismo contemporâneo, mas também com a vertente mais violenta do Jihadismo – movimento que invoca o embate de grupos radicais do islamismo contra o domínio do Ocidente (KALDOR, 2018) –, colocando-se essencialmente como um flanco transnacional, que inclusive angariou combatentes de fora da Síria (incluindo europeus e estadunidenses) no combate a Assad (PHILLIPS, 2016). O grupo dominou parte do território sírio no contexto de sua expansão regional e representou forte ameaça à sustentação do regime de Assad. Isso, entretanto, não significa que o ISIS compôs com demais grupos rebeldes, mas ao contrário: seu radicalismo proeminente o afastou das coalizões de orientação secular e as constantes práticas de repressão à população sob seu domínio levaram ao isolamento político e

[6] Traduzido livremente do inglês “National Coalition for Syrian Revolutionary and Opposition Forces”.
[7] Traduzido livremente do inglês “Free Syrian Army”.
[8] Traduzido livremente do inglês “Higher Military Council”.
[9] Traduzido livremente do inglês “Supreme Military Command”.
[10] Traduzido livremente do inglês “Kurdish Democratic Union Party.

enfraquecimento das pautas apresentadas no início das manifestações pelos primeiros grupos rebeldes (PHILLIPS, 2016).

Um importante combatente do Estado Islâmico foi justamente o partido curdo PYD. O grupo se interpôs entre áreas dominadas pelo ISIS e a fronteira turca, impedindo o avanço dos jihadistas e garantindo o controle do fluxo de recursos via Turquia (PHILLIPS, 2016). O PYD ainda firmou um acordo com o regime de Assad para poupar sua área de controle dos bombardeios aéreos e, então, logrou pressionar o domínio territorial do ISIS (KALDOR, 2018). Não apenas o controle do território inflamou o embate entre curdos e o Estado Islâmico: a disputa por recursos e o acesso às reservas de petróleo também incentivaram a oposição entre os dois atores (PHILLIPS, 2016).

A pluralidade dos atores envolvidos se reflete igualmente no *front* com o enfrentamento entre grupos opositores ao governo, milícias treinadas e financiadas por russos, turcos e estadunidenses e coalizões contra o ISIS. Por esse motivo, é possível observar as condições da guerra na Síria com elementos da geopolítica, das novas guerras e da guerra contra o terror (KALDOR, 2018). Enquanto os interesses de potências regionais e globais disputam o acesso a recursos – especialmente o petróleo –, e a influência sobre o controle da região, em uma releitura das guerras por procuração[11] do período da Guerra Fria – a exemplo do engajamento de Rússia e Irã ao lado do regime Assad e das potências ocidentais do lado dos rebeldes seculares –, as narrativas sectárias e a violência aos civis são centrais na tipologia das novas guerras[12] perpetradas a partir dos anos 1990. E ainda, com o envolvimento significativo do ISIS, há uma alta carga de novas práticas de segurança para o combate ao terrorismo internacional do século XXI, como o uso de novas tecnologias militares (drones), bem como a contratação de agências privadas para o enfrentamento aos terroristas (KALDOR, 2018).

[11] Em tradução à expressão em inglês "*proxy war*", que indica o envolvimento indireto de potências em conflitos localizados.

[12] Novas guerras é uma tipologia criada por Mary Kaldor (2012) que indica características dos conflitos do pós-Guerra Fria amplamente ligadas ao processo de aprofundamento da globalização e de esfacelamento das autoridades tradicionais. Resumidamente, seus elementos centrais são: a) os atores beligerantes não eram mais necessariamente agentes estatais, mas sim em que a primazia da perpetração da violência era realizada por atores organizados como milícias e grupos paramilitares; b) os recursos de combate adivinham de financiamento ilegal, como o tráfico de armas, drogas e pessoas; c) retóricas utilizadas para arregimentação do apoio das populações estavam lastreadas na fortificação de identidades étnicas – mesmo que estas não tivessem esteio na realidade; d) o objetivo político e econômico da guerra era sua própria perpetuação para a reciclagem do lucro derivado das atividades ilegais; e e) a centralidade dos alvos civis em larga escala.

A complexidade de atores e práticas de combate criou um estado de extrema violência, tendo já resultado em mais de 362 mil mortes entre 2011 e 2019, segundo o Uppsala Conflict Data Program, sendo que mais de 83% dessas mortes foi causada por atores estatais, especialmente no embate entre o governo sírio e rebeldes. A alta mortalidade do conflito ganhou tons ainda mais vis com a publicação pela BBC News de evidências sobre o uso de armas químicas por Assad, em ao menos 106 ocasiões entre 2014 e 2018 (AL-MAGHAFI, 2018). Segundo indícios colhidos pela reportagem e o relatório da missão conjunta da Organização pela Proibição das Armas Químicas (na sigla em inglês, OPCW) e a ONU, o governo Assad usou gás sarin em regiões estratégicas de domínio rebelde. A investigação da missão OPCW-ONU ainda levantou o uso de gás mostarda pelo ISIS e apontou o cloro como o agente químico mais utilizado nos ataques da guerra do governo (AL-MAGHAFI, 2018). O uso deste tipo de armamento é francamente proibido pelo Direito Internacional Humanitário devido às suas graves consequências às populações civis e danos físicos aos atingidos. Os relatos mais comuns sobre seus efeitos são mortes por sufocamento e paradas respiratórias.

A dimensão do sofrimento humano na Guerra da Síria não está constrita às mortes em larga escala, no entanto. Milhões de pessoas fugiram do país como refugiados escapando do conflito desde 2011, majoritariamente via Turquia e Líbano. Segundo os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), mais de 5,5 milhões de pessoas saíram do país e outras 6,6 milhões se encontram como deslocados internos (UNHCR, [2020]). Esse fluxo migratório desembocou em uma significativa crise humanitária, quando as pessoas chegaram às fronteiras europeias pela superlotação dos campos de refugiados na Turquia, no Líbano e na Jordânia em 2015. Naquele ano, mais de 1 milhão de pessoas atravessaram o Mediterrâneo rumo ao continente e 3735 morreram afogadas ou desapareceram no mar; em 2016 o número de mortos subiu para 4913 segundo registros da Organização Internacional para Migrações (OIM) (ESPARZA, 2016).

As condições de precariedade para as populações tanto nos campos de refugiados, quanto na escassa recepção continental da Europa continuam o sofrimento da guerra mesmo fora da Síria. Em setembro de 2020, um incêndio no campo de Moria (Grécia) causou grande alarme pela devastação de abrigos já bastante precários em plena crise da pandemia de COVID-19. O Comitê de Liberdades Civis do Parlamento Europeu classificou as condições de recepção das pessoas no campo como inumanas em suas visitas de inspeção, antecipando o incêndio (FIRE, 2020).

Com o cenário do conflito desenhado, o que fica patente é a continuação dos efeitos perversos da violência em massa nas vítimas desse processo. O travamento das possibilidades de negociação nas arenas internacionais ampliou a clandestinidade da atuação dos atores centrais de financiamento e, assim, uma solução multilateralmente concertada que se proponha à mitigação do sofrimento humano na região parece distante. Neste sentido, a guerra na Síria exprime justamente a continuação de formas de violência, sejam as tradicionalmente vistas nos combates, os ataques proscritos de armas químicas, ou mesmo a degradação das condições de vida da população local e nos campos de refugiados. No atual estágio do conflito, qualquer solução haverá de lidar com as consequências dramáticas causadas por quase uma década de violência aberta, o fracasso das políticas de recepção de refugiados e a dificuldade de congregar os grupos envolvidos em um acordo político.

REFERÊNCIAS

AL-MAGHAFI, Nawal. Como armas químicas ajudaram Assad a estar perto da vitória na Síria. **BBC News**. 16 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45816458. Acesso em 10 dez. 2020.

BASARAN, Halil R. Identifying the Responsibility to Protect. **Fletcher F. World Aff**., v.38, 2014.

BELLAMY, Alex. Libya and the Responsibility to Protect: the exception and the norm. **Ethics & International Affairs**, v.25, n.3. 2011. pp.263-269.

CARVALHO, Daniel C.; LIMA, Letícia R. Protection or Interference? The Legitimacy of Contemporary Humanitarian Interventions and the Engagement of Nonhegemonic Powers. **Contexto Interncional**, v. 42, n.2, 2020.

CARVALHO, Daniel C.; RIZZOTTI LIMA, Letícia. Bombardeios na Síria e a implosão da governança internacional. **Eris (GEDES)**. 24 de julho de 2018. Disponível em: https://gedes-unesp.org/bombardeios-na-siria-e-a-implosao-da-governanca-internacional/. Acesso em 04 dez. 2020.

CROSSLEY, Noele. Consistency, Protection, Responsibility: revisiting the debate on selective humanitarianism. **Global Governance**, v.26, n.3, 2020. pp. 473-499.

ESPARZA, Pablo. Por que menos refugiados chegaram à Europa, mas mais morreram afogados em 2016. **BBC News**. 29 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38449301#:~:text=O%20ano%20da%20crise%20dos,tentando%20cruzar%20o%20mar%20Mediterr%C3%A2neo. Acesso em: 10 dez. 2020.

FIRE in Moria Camp: Civil Liberties Chair demands urgent solutions to ensure safety and and health of refugees and locals. **News European Parliament**. 09 de setembro de 2020. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20200909IPR86714/moria-fire-civil-liberties-chair-demands-solutions-to-ensure-safety-and-health. Acesso em: 10 dez. 2020.

ICISS. **The Responsibility to Protect**. Canadá: International Development Research Center. 2001.

KALDOR, Mary. **Global Security Cultures**. Cambridge: Polity Press. 2018.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: organised violence in a global era**. 3rd ed. Cambridge: Polity Press. 2012.

MANZANO, Javier. Javier Manzano of Agence France-Presse. 18 oct. 2012. 1 fotografia. Disponível em: https://www.pulitzer.org/winners/javier-manzano. Acesso em: 18 mar. 2021.

PHILLIPS, Christopher. **The Battle for Syria: International Rivalry in the New Middle East**. Yale: Yale University Press. 2016.

THAKUR, Ramesh. R2P after Libya and Syria: engaging emerging powers. **The Washington Quarterly**. v. 36, n. 2, Spring 2013. pp. 61 – 76.

UNHCR. Syria Emergency [2020]. Disponível em: https://www.unhcr.org/syria-emergency.html. Acesso em 10 de dezembro de 2020.

UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM. **Syria** [2020]. Disponível em: https://ucdp.uu.se/country/652. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

WEISS, Thomas G. **Humanitarian intervention**. Cambridge: Polity Press. 2007.

WELSH, Jennifer M. Norm Contestation and the Responsibility to Protect. **Global Responsibility to Protect**, v.5, 2013. pp. 365 – 396.

ISRAEL-PALESTINA: VELHAS PERGUNTAS SEM NOVAS RESPOSTAS

Maitê Pereira Lamesa[1]

Fonte: McIntosh (2004).

O Conflito Israel-Palestina foi deflagrado a partir da aprovação pela Assembleia Geral da ONU, em 29 de novembro de 1947, do Plano de Partilha da Palestina em dois estados (Resolução 181), elaborado pela Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP). Logo após a declaração de independência do Estado de Israel pela Agência Judaica, tem início a guerra de 1948.

Entretanto, suas raízes históricas e contextos geopolíticos, remontam ao final do século XIX, a partir de fatores como o atraso tecnológico do Império Otomano, o surgimento do Movimento Sionista[2], e os arranjos hegemônicos que se consolidam com o término da Primeira Guerra Mundial. Como reflexo, foram firmados compromissos

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Graduada em Direito pela UEL (Universidade Estadual de Londrina). Integrante do GEDES e bolsista pela CAPES. E-mail: maitelamesa@gmail.com.

[2] O Movimento Sionista tem origem a partir das ideias de Theodor Herzl, defendidas no Primeiro Congresso Sionista Mundial, realizado em 1897 na Basileia (Suíça). O Sionismo, em sua origem, apresentou-se como movimento umbilicalmente atrelado a ideais nacionalistas, como necessidade de compor um Estado-Nação para um povo composto por minorias distribuídas ao redor de todo o mundo, vivendo na "diáspora", e compor tal Estado-nação significava uma população unida em um território pelo sentimento natural e, portanto, espontâneo de povo, o que se costuma denominar identidade.

contraditórios em relação às aspirações dos povos árabes e judeus (Declaração de Balfour e a Correspondência Hussayn-McMahon), bem como ajustes velados entre França e Inglaterra em relação aos territórios do Império Otomano (Acordo de Sykes-Picot), extinto a partir da assinatura do Tratado de Sèvres (1920). Tais ações seguiram o pano de fundo do contexto neocolonialista da época.

No pós-Segunda Guerra, o ambiente político torna-se favorável à questão judaica, em virtude do holocausto e de resultados consistentes das negociações sionistas junto às grandes potências. Como consequência, houve a autorização formal para a divisão das terras palestinas – que até então estavam sob o julgo da Inglaterra (mandato britânico) – e a conseguinte instituição do Estado judeu.

Na guerra em 1948, as forças árabes, compostas por milícias palestinas, o Exército de Liberação Árabe (*Jaysh Al Inqadh*) da Liga Árabe e contingentes de exércitos do Egito, Síria, Iraque, Jordânia, Líbano e Arábia Saudita, concentram esforços para responder à declaração de independência de Israel. As forças judaicas eram integradas pelas forças militares da Hagana, às quais se somaram as forças paramilitares da Irgun (Etzel) e Stern Gang (Lehi), com auxílio decisivo da Palmach (PAPPE, 2007, p. 45). A disparidade das forças era evidente, o que resultou na vitória da guerra por Israel, com ampliação do território israelense para além do plano original (chegando a 78% do território do mandato britânico). Já do lado palestino, o evento ficou conhecido como "Al-Nakba", ou "A Catástrofe". Essa denominação indica tanto o período de êxodo e expulsão da população palestina dos territórios onde foi estabelecido o Estado de Israel quanto todos os eventos que afetaram os palestinos entre dezembro de 1947 a janeiro de 1949.

Durante a Nakba, calcula-se que entre 750.000 e 800.000 palestinos deixaram suas terras e vilas ou foram delas expulsos, representando cerca de 50% de toda a população palestina da época (FLÜCHTLINGSKINDER; ZOCHROT). Muitos daqueles que deixaram suas terras agiam em resposta a massacres planejados e levados a cabo pelas milícias israelenses. O ataque israelense mais expressivo nesse período foi o massacre de Deir Yassin, executado em abril de 1948 inicialmente pela Irgun e Lehi e, posteriormente, com auxílio da Palmach, que resultou na morte de 254 palestinos[3]. Em 1949, foi criada a

[3] O massacre de Deir Yassin, uma vila palestina nas proximidades de Jerusalém, estava inserido no escopo do Plano Dalet (Plano D), desenvolvido pela liderança sionista e colocado em prática antes mesmo da declaração de independência de Israel. De acordo com Ilan Pappe: "Em março de 1948, o Plano Dalet foi adotado. Os primeiros alvos eram os centros urbanos da Palestina, os quais haviam sido ocupados até o final de abril. Cerca de 250.000 palestinos foram expulsos nesta

"United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees" (UNRWA), agência da ONU cuja responsabilidade era atuar junto aos refugiados palestinos, que se espalharam desde Gaza e Cisjordânia até países vizinhos, primordialmente Líbano, Síria, Jordânia.

Na década subsequente, Israel envolveu-se nos embates contra o Egito, em torno de tensões na região do Sinai, que se desenrolaram até culminar na Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967. As consequências são ainda mais desastrosas para a Palestina: perda expressiva de território, que passaram a ter controle militar israelense, sendo elas: (a) Colinas do Golã (Síria); (b) Cisjordânia; (c) Jerusalém Oriental (Jordânia); (d) Gaza (Egito) e a Península do Sinai (Egito)[4].

Com exceção do Sinai, os demais territórios palestinos conquistados foram ocupados por Israel, com a imediata intensificação de construção de assentamentos, questão que representa atualmente um dos imbróglios para a resolução do conflito, maior controle da vida quotidiana dos palestinos, com a consequente precarização das condições de vida dessa população, e crescimento da população refugiada.

Nesse período, também se estruturou a resistência palestina, com a criação da Organização de Libertação da Palestina (OLP) em 1964 pela Liga Árabe, cuja liderança de Yasser Arafat a partir de 1968 é a mais emblemática, com melhor organização da luta armada palestina e com a criação de estruturas de assistência em campos de refugiados, reforçando e até substituindo a atuação da UNRWA, que era insuficiente para prover as condições mínimas necessárias de sobrevivência. Ao prover serviços sociais à população refugiada, que era numerosa e que sofria com sérias restrições de trabalho, vetos à aquisição de terras e outros direitos nos países de refúgio, essa aproximação à OLP possibilitava a atração de combatentes palestinos (*fida´iyyun*) à sua esfera de gravitação (PAPPE, 2007, p. 229).

A elaboração de estratégias para a libertação palestina, sobretudo após a nomeação de Arafat para a liderança da OLP, levou a dissidências internas, distanciando a organização da visão inicial pan-arabista e aproximando-a das ideologias de guerras de

fase, além de diversos massacres postos em prática, o mais notável deles foi o massacre de Deir Yassin." (PAPPE, 2006, p. 40, Tradução Livre).

[4] Vale destacar que a Península do Sinai foi posteriormente devolvida ao Egito, incluída na negociação dos Acordos de Camp David, firmados entre Menachen Begin e o líder egípcio Anwar Al-Sadat na Casa Branca, durante o governo Carter. O ato foi visto pela OLP como traição política, posto que tornava a Palestina ainda mais vulnerável, além de enfraquecer os demais países árabes, como Líbano e Síria (FISK, 2007, p. 208).

libertação popular, com inspiração socialista. Foram ainda formadas outras organizações: a FPLP (Frente Popular de Libertação da Palestina) por George Habash e Naif Hawatmeh, e a FDPLP (Frente Democrática Popular de Libertação da Palestina), por iniciativa de Hawatmeh.

Foi a partir desse período que a luta palestina adquiriu o caráter de resistência popular ligada à necessidade de libertação nacional, sendo que a atuação da OLP se estruturou inicialmente a partir da Jordânia, tendo sido transferida ao Líbano na década de 1970, após crise deflagrada com o líder Hussein, conhecida como "Setembro Negro".

Em 1977, uma série de fatores determinou a eleição em Israel de Menachem Begin, representante do Likud, partido que ele próprio fundara. Nesta época, a construção de assentamentos foi intensificada, sendo que em 1987 existiam já 110 assentamentos na Cisjordânia, e 15 assentamentos em Gaza (HUBERMAN, 2014, p. 96), além de estradas para conectá-los. A lógica de construção seguiu a ótica militarizada que refletia a experiência de Ariel Sharon na guerra do Yom Kippur (1973). Com Begin, a OLP passou a ser mais perseguida, tendo sido classificada como um elemento subversivo. O combate à organização levaria à primeira invasão no Líbano por Israel em 1982, a fim de conter os ataques lançados a partir da base da OLP junto a campos de refugiados palestinos na região sul do país.

Com o advento da Primeira Intifada, em dezembro de 1987, concretizou-se a resposta da população dos Territórios Palestinos Ocupados (TPO), frustrada ante a insuficiência das estratégias da OLP, as tentativas de acordos malfadadas e a falta de resposta da comunidade internacional, enquanto Israel ignorava diversas resoluções aprovadas pela ONU. Além disso, os efeitos da expansão do livre-mercado, seguindo a doutrina neoliberal já vigente, acentuavam a precarização da mão-de-obra palestina, cada vez mais dependente dos empregadores israelenses.

A insurgência palestina teve início nos campos de refugiados de Gaza, ganhando adesão generalizada da população da área sob ocupação, bem como dos palestinos em Israel. A desigualdade de armas era patente e resultou em 1.551 mortes do lado palestino, e 421 do lado israelense (B´TSELEM, [2020]). Tal processo foi um dos fatores que

conduziu às tratativas dos Acordos de Oslo[5] na década seguinte, período de grande otimismo em torno da resolução do conflito.

Os acordos, contudo, não levaram à criação do Estado palestino, nem conseguiram pôr fim à ocupação israelense, sendo que a onda otimista rapidamente dissolveu-se no início do século XXI. A subdivisão territorial da Cisjordânia nas áreas A, B e C (KAPELIOUK, 2004, p. 369-370), por exemplo, foi uma das graves consequências de Oslo, permitindo o alargamento da presença israelense no território palestino para além dos assentamentos construídos ao longo das décadas anteriores, fazendo da Cisjordânia um território fragmentado em pequenas ilhas desconexas.

Com efeito, no alvorecer do novo milênio, a ocupação tornou-se sistemática, revestindo-se de aparente legitimidade, enquanto que os projetos de assentamento e de anexação de terras palestinas avançaram. O controle de Israel da "área C" deu vazão às demolições de casas, fossem por falta de permissão para construir, fossem para "fins militares". Desde 2006 até 30 de junho de 2020, Israel demoliu 1.584 casas palestinas na Cisjordânia por falta de permissão para construir, deixando 6.880 pessoas desabrigadas (B´TSELEM, [2020]). Já entre 2004 até 2011, Israel demoliu 5.494 casas palestinas para "fins militares", incluindo Cisjordânia e Gaza. Em Gaza, durante a Operação Margem Protetora (2014), foram destruídas 18.000 casas palestinas, resultando em 100.000 palestinos desabrigados (B´TSELEM, [2020]).

Além disso, após a Segunda Intifada, o governo israelense dá início à construção de muros que cercam Jerusalém Oriental e a Cisjordânia, sendo que as barreiras isolaram vilas, cidades, áreas rurais, e segregaram ainda mais a população e suas economias locais, além de terem sido responsáveis pela anexação de mais terras palestinas. Os postos de comando ("checkpoints"), estabelecidos para controlar o fluxo de pessoas entre áreas da Cisjordânia, Cisjordânia e Jerusalém Oriental e Cisjordânia e Israel, geraram ainda mais violações ao direito de locomoção e de acesso a serviços básicos como a saúde, representando grave violação de direitos fundamentais da população local.

[5] Os Acordos de Oslo foram firmados em 1993 e 1995 entre o Primeiro-Ministro israelense na época, Ytzhak Rabin e o líder da OLP, Yasser Arafat, mediados pelo governo de Clinton. A celebração desses acordos era vista pela comunidade internacional com grande otimismo, o que se reflete na edição pela Assembleia Geral da ONU da Resolução 49/88 aprovada em 16 de dezembro de 1994, a qual clamava a necessidade de se chegar à paz compreensível, justa e duradoura no Oriente Médio e expressava o apoio à rápida concretização do processo de paz em curso até aquele momento (ONU, 1994).

Assim, medidas que trariam maior segurança à população israelense contra atentados palestinos produzem, na realidade, maior violência, incertezas e impedimentos a iniciativas para a construção da paz de forma consistente. A crescente militarização da sociedade israelense também não oferece a resposta adequada ao conflito, e perpetua o ciclo de revoltas, além de minar possibilidades de desenvolvimento da sociedade civil palestina.

Desde 2005, Israel retirou suas tropas da Faixa de Gaza, que passou então a ser administrada pelo grupo Hamas em 2007. Em contrapartida, Israel impôs um bloqueio das fronteiras, com exceção da entrada de Rafah, administrada pelo Egito, controlando também o espaço aéreo e a saída para o mar. Dessa forma, a locomoção de pessoas, o transporte de mercadorias e mesmo a assistência humanitária, dependem de prévia autorização israelense, a qual é extremamente limitada, sendo quase impossível a saída dos residentes.

Desde a ascensão do Hamas ao poder, a região passou a ser vista como território inimigo, o que levou a diversas incursões militares, com a finalidade de desestruturar as redes dessa liderança ou em resposta a ataques de mísseis do grupo. Contudo, as incursões resultaram em altas perdas civis, inclusive de mulheres e de crianças. Desde a saída de Israel, foram feitas 3 incursões: (a) Operação Chumbo Fundido (2008); (b) Operação Pilar Defensivo (2012); e (c) Operação Margem Protetora (2014).

Os desdobramentos que podem ser observados têm agravado o conflito, um dos mais longevos na atualidade, tornando a paz uma “miragem” (FLINT, 2009). Os prejuízos de tantas hostilidades reverberam na sociedade israelense, e na sociedade palestina eles são sentidos de forma ainda mais severa, criando-se um sistema de precarização generalizada, dependência econômica acentuada, detenções injustificadas (inclusive de crianças e adolescentes), mortes, falta de acesso à infraestrutura adequada, restrições no acesso à água, ordens de demolição ou despejo, campos de refugiados, desemprego e restrições severas ao direito de locomoção (OCHA-OPt, [2020]). As mortes aproximadas desde o advento da Segunda Intifada até junho deste ano eram de 10.564 palestinos e de 1.271 israelenses (B´TSELEM, [2020]).

De modo geral, é possível concluir que o conflito Israel-Palestina tem características multidimensionais, diversas fases, e uma multiplicidade de atores envolvidos, tanto estatais quanto não-estatais. De qualquer forma, conforme dados do

Uppsala Conflict Data Program (UCDP), cerca de 80% das mortes registradas decorrem de ações de atores estatais.

Mais recentemente, a maior aproximação ideológica entre Estados Unidos (até então sob a liderança de Donald Trump) e Israel (comandado por Netanyahu), as eleições de 2019 e a estrutura do sistema político são fatores que permitiram a reeleição de Netanyahu e a perpetuação do Likud no poder. A permanência de políticos conservadores no poder tem acelerado o desenvolvimento de projetos sionistas de anexação de terras palestinas, o que dificulta ainda mais as possibilidades de diálogo, minando a solução de dois Estados, princípio norteador tanto em Oslo quanto em negociações posteriores. O decurso do tempo pesa contra a população palestina, cujas condições de vida são diuturnamente aviltadas, sem alternativas ante a ocupação israelense. É preciso destacar que os prejuízos também são sentidos pela população israelense, posto que a falta de diálogo entre as lideranças adia as perspectivas de uma vida menos militarizada, belicosa e violenta.

As inúmeras tentativas fracassadas de resolução do conflito trazem à tona as debilidades da solução de dois Estados, cujo prazo pode ter vencido. Porém, de outro lado, resta incerta a viabilidade de implantação de um único Estado que garanta, na prática, direitos iguais tanto aos israelenses quanto aos palestinos, uma vez que essa medida põe em xeque questões essenciais para Israel, como a prevalência da demografia judia do Estado de Israel.

Uma passagem do livro de Miko Peled (*The General´s Son*), reflete essas incertezas, ao relatar seus diálogos acerca da solução de um Estado (PELED, 2016, p. 247): “Meu cunhado estava perdendo a paciência a cada minuto. ‘Você não entende nada! Você não vê que isso levará à guerra civil? Será outro Kosovo ou Líbano e o derramamento de sangue será irrefreável.’ Mas eu não podia deixar passar. ‘Ou Suíça ou Bélgica. Se você nos comparar com outros Estados multinacionais, a nossa não é uma questão complicada’.” (PELED, 2016, p. 247)[6].

Até o momento, o conflito se prolonga sem que tais perguntas possam ser respondidas com exatidão. Sem a perspectiva de uma via para a solução, perpetuam-se medidas questionáveis e contrárias às normas de Direito Internacional. É preciso destacar,

[6] Na versão original em inglês: “My brother-in-law was losing his patience by the minute. ‘You don´t understand a thing! Can´t you see it will lead to civil war? It will be another Kosovo or Lebanon and the bloodshed will be unstoppable.’ But I couldn´t let it go. ‘Or Switzerland or Belgium. If you compare us to other multinational states, ours is not a very complicated issue.”

por exemplo, as deletérias consequências do Acordo do Século, anunciado pelo governo Trump no início de 2020, formulado sem a consulta de qualquer entidade de representação palestina. O acordo prevê a anexação de terras palestinas situadas no Vale do Rio Jordão por Israel, área essencial ao abastecimento de água e alimentos à Cisjordânia. A medida vai de encontro às normas do Direito Internacional, regidas pelo princípio da não transferência de soberania sobre um território sob ocupação estrangeira (BENVENISTI, 2012).

Em 15 de setembro de 2020, Israel e os Emirados Árabes Unidos (EAU) chegaram a um acordo de paz (Acordo de Abraão), mediados pela Casa Branca. O acordo de normalização envolve troca de embaixadores, estabelecimento de voos diretos entre os países, além de cooperações na esfera econômica, e é o primeiro desde a celebração dos acordos de paz com o Egito (1979) e com a Jordânia (1994). Conforme a declaração de Benjamin Netanyahu, a expectativa é de que no futuro novos acordos sejam firmados com outros países árabes, "juntando-se ao círculo de paz ao nosso lado" (BEN-EPHRAIM, 2020).

Destaca-se que com a celebração do acordo, a anexação pretendida na Cisjordânia foi adiada, contudo o plano certamente deve ser retomado pelo governo israelense em algum momento futuro. A questão diz respeito a uma ginástica geopolítica, minuciosamente costurada a partir da aliança de interesses entre Israel e Estados Unidos na região, não à toa o encarregado especial do governo Trump para assuntos no Oriente Médio, Jared Kushner, tem atuado de forma intensa para a consecução do acordo com os EAU, e de novos acordos que proporcionem a Israel maior estabilidade, segurança e as condições para a futura viabilização da extensão da soberania aos TPO, enquanto que, para os Estados Unidos, fortaleça aliança regional capaz de isolar adversários cruciais como o Irã, Hezbollah e Hamas, além de enfraquecer as zonas de influência da Rússia e China.

Além dos EAU, países como o Bahrein e Sudão também firmaram acordos para normalização das relações com Israel, o que coloca em segundo (ou talvez último) plano o apoio à questão da Palestina como Estado independente enquanto pré-condição para qualquer diálogo e negociação com Israel. O acordo com o Sudão é simbólico, uma vez que confirma a letra morta em que se reduziu a "Resolução Cartum" da Liga Árabe, quando da derrota para as tropas israelenses na Guerra dos Seis Dias. A Resolução era

um acordo entre os países do mundo árabe no sentido de que não haveria paz, negociações e tampouco o reconhecimento de Israel.

Os acordos em cascata que têm sido recentemente celebrados, sendo o último firmado no dia 10 de dezembro com o Marrocos, apenas tornam cristalino o esfacelamento de qualquer união arabista, o que já era evidente anteriormente, sobretudo no que toca aos países do Golfo. Se a Palestina respirou aliviada ante a postergação da anexação, ao mesmo tempo está ciente de que, enquanto isso, o terreno vem sendo preparado pelas autoridades israelenses para a ocasião oportuna: maior isolamento [militar, político e econômico] da Palestina, que permita a Israel decisões mais drásticas com o mínimo de consequências possível.

REFERÊNCIAS

ARIJ. **Daily Report**. 19.07.2020. Disponível em: https://www.arij.org/eye-on-palestine-arij/daily-report.html. Acesso em 20 jul. 2020.

BEN EPHRAIM, SHAIEL. Netanyahu Inks Peace Deal with UAE, besting rivals**. Asia Times**. 14.08.2020. Disponível em: https://asiatimes.com/2020/08/netanyahu-inks-peace-deal-with-uae-besting-rivals/. Acesso em 17 dez. 2020.

_____. Yes, Israeli-Sudanese Normalization is a Big Deal. **Asia Times.** 24.10.2020. Disponível em: https://asiatimes.com/2020/10/yes-israeli-sudanese-normalization-is-a-big-deal/. Acesso em 18 dez. 2020.

B´TSELEM. **Fatalities in the First Intifada**. Disponível em: https://www.btselem.org/statistics/first_intifada_tables. Acesso em 18 jul. 2020.

_____. **Fatalities during the Operation Cast Lead**. Disponível em: https://www.btselem.org/statistics/fatalities/during-cast-lead/by-date-of-event. Acesso em 18 jul.2020.

_____. **Fatalities since Operation Cast Lead.** Disponível em: https://www.btselem.org/statistics/fatalities/after-cast-lead/by-date-of-event. Acesso em 18 jul. 2020.

_____. **Statistics on Demolition for Alleged Military Purposes**. Disponível em: https://www.btselem.org/razing/statistics. Acesso em 20 jul.2020.

_____. **Statistics on demolition of houses built without permits in the West Bank.** Acesso em: https://www.btselem.org/planning_and_building/statistics. Acesso em: 20 jul. 2020.

BENVENISTI, Eyal. **The International Law of Occupation.** Oxford: Oxford University Press, 2012.

FISK, Robert. **Pobre Nação: as guerras no Líbano no século XX**. Tradução de Vitor Paolozzi. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FLINT, Guila. **Miragem de Paz: Israel e Palestina: processos e retrocessos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FLÜCHTLINGSKINDER. **The Nakba Exhibition Catalogue: Fight and Expulsion of the Palestinians in 1948**. Disponível em: https://zochrot.org/en/article/56365. Acesso em 16 jul. 2020.

KAPELIOUK, Ammon. **Arafat, o irredutível**. Tradução de Beatriz Sidou – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

MADRAZO, Mariano de. **Palestina Medio Siglo: Acordes Historicos 1913-1958.** Madrid: Editora Nacional, 1964.

MCINTOSH, Justin. **A Palestinian boy and Israeli soldier in front of the Israeli West Bank Barrier**. 01 aug. 2004. 1 fotografia. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/User:Just1pin#/media/File:Boy_and_soldier_in_front_of_Israeli_wall.jpg. Acesso em: 16 jul. 2020.

PAPPE, Ilan. **The Ethnic Cleasing of Palestine**. Oxford: Oneworld Publications, 2007.

_____. **História da Palestina Moderna: Uma Terra, Dois Povos**. Tradução: Ana Saldanha. Lisboa: Editorial Caminho, 2007.

PELED, Miko. **The General´s Son: Journey of an Israeli in Palestine.** Second Edition. Chalottesville: Just World Books, 2016.

SHEHADEH, Raja. **Occupier's Law: Israel and the West Bank**. Washington D.C.: Institute for Palestine Studies, 1985.

OCHA-OPt. **Protected People Reports**. Disponível em: https://www.ochaopt.org/reports/protection-of-civilians. Acesso em 19 jul. 2020.

ONU. Resolução 49/88. Disponível em: http://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/MFADocuments/Yearbook9/Pages/TABLE%20OF%20CONTENTS.aspx. Acesso em 21 jul. 2020.

UPSALA (Suécia). **Uppsala Conflict Data Program**. Disponível em: https://ucdp.uu.se/country/666. Acesso em 19 jul. 2020.

CONFLITO NO SAARA OCIDENTAL: O RECONHECIMENTO AMERICANO

Artur Bertolucci[1]
Ana Clara Figueira Guimarães[2]

Fonte: Estrada; Costa ([2020]).

A região do Saara Ocidental foi anexada pela Espanha em 1884 com o objetivo de estabelecer um protetorado espanhol na região costeira o qual foi reconhecido pela Conferência de Berlim em 1885. A localidade se manteve como colônia espanhola até fevereiro de 1976, quando Madri optou por se retirar do território. O Saara Ocidental situa-se no Norte da África, voltado para o Oceano Atlântico, faz fronteira com Marrocos, Argélia e Mauritânia, e abrange uma área de 266 mil km² em pleno deserto saariano. Desde então, este território se tornou espaço de disputas entre Marrocos, Mauritânia e a Frente Polisário (*Frente Popular de Libertación de Saguía el-Hamra y Rio de Oro*), que buscavam o controle da região.

A Frente Polisário é um movimento político-revolucionário criado em 29 de abril de 1973 que procura a autonomia do Saara Ocidental, e luta pela autodeterminação do povo saarauí. No início da década de 1970, com o intuito de sair da região, o governo

[1] Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). E-mail: arturbertolucci83@gmail.com.
[2] Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), bacharel em Defesa e Gestão Estratégica Internacional. E-mail: anaclarafigueiraguimaraes@gmail.com

espanhol propôs a realização de um referendo para que a população saarauí decidisse sobre a independência do Saara Ocidental. Nesse ínterim, tanto Marrocos, tendo como líder Hassan II, como Mauritânia, sob a Presidência de Mohtar Uld Dadá, alegaram laços culturais e étnicos em vista dos interesses de domínio da região, assim como não consideravam legalidade no referendo, afirmando que eles possuíam controle histórico sobre a região anteriormente ao domínio espanhol.

Em resposta à reivindicação de soberania de ambos países, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) foi acionada através da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) quanto ao *status* jurídico do Saara Ocidental (SMITH, 2004, p. 6). O parecer foi negativo para ambos os reclamantes, definindo que o futuro do Saara Ocidental dizia respeito apenas ao povo saarauí e que os laços históricos não representavam domínio sobre o território (ICJ, 1975). Indo contra a decisão da corte, o Marrocos incentivou a "Marcha Verde", que consistiu no envio de 350 mil civis desarmados do Marrocos para o território do Saara Ocidental, levando a Espanha a desistir de realizar o referendo. Esse movimento representou a ocupação militar marroquina disfarçada na região (UPPSALA, [2020]). A Mauritânia também passou a ocupar a parte sul do Saara Ocidental, levando à saída da Espanha e à transferência do controle sobre o território para os países ocupantes por meio do Acordo de Madrid (PEREIRA, 2012).

Para buscar a independência do país e a instauração de um governo saarauí, a Frente Polisário passou a combater as forças marroquinas e mauritanas através da criação de um braço armado, o Exército de Libertação do Povo Saarauí (SPLA) (UPPSALA, [2020]). Com os conflitos, milhares de pessoas fugiram do Saara Ocidental e se refugiaram na Argélia, criando diversos campos de refugiados, como por exemplo o da região de Tindouf, onde se fundou a República Árabe Saariana Democrática (RASD), já em 1975.

O confronto contra as tropas mauritanas se resolveu em menos de 4 anos, sendo assinado um acordo de paz entre Mauritânia e Frente Polisário em 1979, com a retomada de parte do território pelos saarauís e o reconhecimento da RASD. Com o território retomado da Mauritânia, a Frente Polisário passou a possuir um terço do antigo território do Saara Ocidental, com a maior parte (dois terços) ainda sob possessão marroquina.

O conflito entre as forças marroquinas e os saarauís continuaram e se acentuaram, ocasionando em 226 mortes entre 1989 e 1991 (UPPSALA, [2020]) e 150.000 refugiados saarauís (PEREIRA, 2012). Tentando diminuir os conflitos, o governo do Marrocos

construiu um muro de cerca de 2.700 quilômetros (km) de extensão, o qual foi batizado como o "Muro da Vergonha", e é rodeado de minas terrestres o que impossibilita a circulação da população. Entretanto, durante os dezesseis anos de conflito resultaram-se em cerca de 100 mil mortos e mais de 200 mil deslocados (UNGER, 2020).

Sem perspectivas de que as forças em questão chegassem a um acordo ou procurassem a paz, a Organização da Unidade Africana (OUA) – predecessora da atual União Africana (UA) – e a Organização das Nações Unidas (ONU) passam a construir alternativas para a paz, que vieram a culminar no acordo de cessar-fogo, assinado em 1991. Tal acordo estabeleceu o controle das forças nos limites ocupados até a data do acordo, o que não satisfez nem os saarauís nem os marroquinos. Para garantir o respeito e cumprimento do acordo, a ONU estabeleceu a criação da MINURSO (Missão da ONU para o Referendo do Saara Ocidental).

Essa missão foi estabelecida pela Resolução 1960 do Conselho de Segurança (CSNU) em 29 de abril de 1991. A missão visa conduzir um censo e propiciar a realização de um referendo, já tentado pela Espanha antes de se retirar, que permita à população saarauí escolher entre a independência e a anexação ao Marrocos. Porém, o governo Marroquino não reconhece tal referendo, por defender que a região faz parte do seu território, não aceitando nenhum resultado diferente deste. Além da predominante dificuldade de estabelecimento de um consenso quanto ao corpo eleitoral do referendo (ESTRADA, 2014). Apesar do cessar fogo, a tensão na região é constante e nos últimos anos registra-se uma escalada.

No início de 2018, uma movimentação das tropas deixou frente a frente, separada por 120 metros de terreno, tropas da Frente Polisário e do Reino do Marrocos. Essa escalada nas tensões levou o Rei do Marrocos a denunciar as provocações da Frente Polisário na ONU e no CSNU. O governo marroquino alega que os saarauís recebem apoio da Argélia, que teria interesse na formação de um Saara Ocidental sob sua influência. Além disso, Rabat acusa o Irã de fortalecer o exército da Frente Polisário, atuando por meio do Hezzbollah e com o apoio argelino. Essa situação levou o Reino do Marrocos a cortar relações com o governo iraniano em maio de 2018.

A disputa entre Rabat e os saarauís ganhou novos contornos com a entrada do Marrocos na União Africana em 2017, depois de ficar muito tempo como sendo o único país africano a não compor a organização. Ao fazer isso, o governo marroquino, em tese, reconhece o governo da RASD, visto que a UA reconhece o Saara Ocidental sob domínio

saarauí. Essa visão ainda é rechaçada por Marrocos, que procura alternativas para não abrir mão do território que ocupa.

Em maio de 2018, completaram-se 45 anos da luta armada da Frente Polisário contra as forças por eles denominadas "ocupantes". Os desfiles militares feitos pelos saarauís não foram bem vistos por Rabat, que os acusou de provocação e de não respeitarem os termos no acordo de cessar-fogo. Como resposta às tensões renovadas, o secretário geral da ONU, Antônio Gutierrez, voltou a solicitar que ambas as partes respeitem o acordo e que uma solução seja encontrada.

Apesar dessa situação e da presença da MINURSO, uma solução ainda não foi encontrada, com a insistência do governo marroquino em reclamar seu direito sobre o território do saarauí, e com os combatentes da Frente Polisário buscando o controle total do território. Assim, mesmo que cerca de 80 países até o ano de 2013, já reconheçam o Saara Ocidental como um país independente, com o controle pela RASD, inclusive a UA, Rabat continua a não aceitar tal posição, alegando que é um desrespeito a sua soberania (SMOLAREK, 2013).

Vale destacar que ocorrem muitas violações de direitos humanos como discriminação racial, supressão cultural, prisões arbitrárias, além de uso de violência contra os civis (SMOLAREK, 2013; HRW, 2018). E ainda se observa a dificuldade da mídia em relatar os acontecimentos no Saara Ocidental, pois as forças militares da ocupação não permitem o acesso dos jornalistas e nem das organizações internacionais de direitos humanos no território ocupado (GIOVANAZ, 2020).

Em 13 de novembro de 2020, o cessar-fogo estabelecido há quase 30 anos foi rompido devido a um ataque do Marrocos à porção sul do Saara Ocidental denominada "fenda de Guerguerat", retomando a luta armada entre a Frente Polisário e o Marrocos. A ONU não se pronunciou e os saarauís declararam "estado de guerra". O Exército de Libertação do Povo Saarauí (SPLA) revidou o ataque marroquino bombardeando as suas bases (GIOVANAZ, 2020).

De acordo com Mahjoub Hussein Mleiha, a ocupação da região do Saara Ocidental é estratégica para os interesses do Marrocos e da Espanha assim como para a estabilidade do entorno, além de converter mais uma fronteira da Argélia em estado de conflito, já que o Mali e a Líbia se encontram em condição de hostilidade (GIOVANAZ, 2020). Ainda é importante ressaltar que essa área apresenta um dos maiores depósitos de fosfato do mundo, assim como é a principal fronteira marina entre a Europa e a África

(SANZ, 2018), o que, por sua vez, implica em questões de interesse econômico e migratório. Dessa forma, a manutenção de uma boa relação entre Marrocos e Espanha é relevante devido ao caráter dependente do envolvimento quanto a sérios fatores como imigração, terrorismo e ao tráfico de drogas oriundo do Norte da África (ESTRADA, 2014).

Segundo o Mahjoub Hussein Mleiha, a única forma de se atingir pacificamente a descolonização do Saara Ocidental é a conclusão da realização de um referendo livre e justo que possibilite ao povo saauarí exercer o seu direito à autodeterminação. Ele ainda expõe que a ONU, a União Africana e a União Europeia devem ser os principais atores a tomar uma atitude (GIOVANAZ, 2020).

Entretanto, no dia 10 de dezembro de 2020, os EUA reconheceram a soberania do Marrocos sobre o Saara Ocidental. De acordo com a declaração oficial do presidente Trump: “Os EUA acreditam que um Estado sarauíta independente não é uma opção realista para resolver o conflito e que a autonomia autêntica sob a soberania marroquina é a única solução viável. Exortamos as partes a iniciar conversações sem demora, utilizando o plano de autonomia do Marrocos como único marco para negociar uma solução mutuamente aceitável” (MONGE, 2020). Dessa forma, os EUA ignoram a luta do povo saauarí pela autonomia do Saara Ocidental por acreditarem que o reconhecimento da soberania do Marrocos sobre a região é a melhor opção para estabelecer a paz.

Enquanto isso, a Frente Polisário declarou que “A postura […] é uma violação flagrante da Carta das Nações Unidas e das resoluções de legitimidade internacional” e que a medida “obstrui os esforços da comunidade internacional para encontrar uma solução para o conflito” (WESTERN..., 2020). Sendo assim, acredita-se que o conflito se mantém na perspectiva de que a Frente Polisário continuará a sua luta pela autodeterminação do povo saarauí.

REFERÊNCIAS

ESTRADA, Rodrigo Duque. Saara Ocidental: história, geopolítica e perspectivas da “última colônia”. **Cadernos de Relações Internacionais**, v.7, n.1, 2014.

ESTRADA, Rodrigo; COSTA, Renatho. **Acervo**. 1 fotografia. Disponível em: http://noticias.r7.com/internacional/entenda-o-conflito-do-saara-ocidental-a-ultima-colonia-africana-23092018. Acesso em: 15 dez. 2020.

GIOVANAZ, Daniel. Saara Ocidental: o que está em jogo na guerra que recomeça após 30 anos na África. **Brasil de Fato**. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/11/19/saara-ocidental-o-que-esta-em-jogo-na-guerra-que-recomeca-apos-30-anos-na-africa. Acesso em: 15 dez. 2020.

HRW. World Report 2018: Marroco/Western Sahara: Events of 2017. Disponível em: https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/morocco/western-sahara#. Acesso em: 15 dez. 2020.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. Western Sahara. Advisory Opinion, 16 october 1975. Disponível em: https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/61/061-19751016-ADV-01-00-EN.pdf. Acesso em: 15 dez 2020.

MONGE, Yolanda. EUA reconhecem soberania de Marrocos sobre o Saara Ocidental em troca do início de relações com Israel. **El País**. 12 dez. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-12-10/eua-reconhecem-soberania-de-marrocos-sobre-o-saara-ocidental-em-troca-do-inicio-de-relacoes-com-israel.html. Acesso em: 15 dez. 2020.

PEREIRA, Pascoal Santos. Saara Ocidental: um processo de não-autodeterminação naional? **Ciência e Cultura**, Mundo Árabe, São Paulo, v. 64, n.4, p. 22-26, dez. 2012.

SMITH, Danielle Van Brunt. **FMO Research Guide**: Western Sahara. Forced Migration Online, 2004. Disponível em: https://www.yumpu.com/en/document/read/12207538/fmo-country-guide-western-sahara-forced-migration-online. Acesso em: 15 dez. 2020.

SMOLAREK, Adriano Alberto. **Conjuntura Global**, Curitiba, v.2, n.1, jan./mar., 2013, p. 34-38.

UNGER, Luke. Clashes Between Morocco And Western Sahara Break 30-Year Truce. Disponível em: https://theowp.org/reports/clashes-between-morocco-and-western-sahara-break-30-year-truce/. Acesso em: 15 dez. 2020.

UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM. Morocco: Sahrawi Arab Democratic Republic (Western Sahara), [2020]. Disponível em: https://ucdp.uu.se/conflict/331. Acesso em: 15 dez. 2020.

WESTERN sahara conflict in 500 words, **Al Jazeera**, 11 dec. 2020. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2020/12/11/western-sahara-conflict-in-500-words. Acesso em: 15 dez. 2020

OS CONFLITOS NO SUDÃO DO SUL E AS TENTATIVAS DE ALCANÇAR A PAZ

Ligia Maria Caldeira Leite de Campos[1]

Fonte: UNMISS (2016).

O Sudão do Sul se originou em 2011, como resultado do Amplo Acordo de Paz (*Comprehensive Peace Agreement*, CPA), assinado com o intuito de encerrar a Segunda Guerra Civil no Sudão. Nele, estava previsto um referendo que possibilitou a independência da região Sul, o que levou à criação de um país, tendo a cidade de Juba como sua capital (GUIMARÃES, 2013; VARMA, 2011).

Nesse contexto, o partido Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM, em inglês), que havia liderado a oposição ao Sudão na luta pela independência e gerenciado o período de transição estabelecido no acordo de paz, foi eleito para governar o Sudão do Sul, tendo Salva Kiir como presidente e Riek Machar como vice. Desde o seu surgimento, o país conta com a presença da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), que na época objetivava consolidar a segurança e a paz, além de auxiliar em seu desenvolvimento e preparar o governo que assumia o seu posto (JOHNSON, 2014; UNSC, 2011).

No entanto, em 2013, uma nova disputa eclodiu, agora entre Kiir e Machar. Dentre as possíveis motivações, destacam-se atitudes arbitrárias do presidente, como a retirada

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais ‘San Tiago Dantas’ (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e bolsista CAPES. E-mail: ligia.campos4@hotmail.com.

de Machar de seu cargo e o isolamento de antigos participantes do SPLM. O quadro que se apresentava no país era complexo, composto por baixo desenvolvimento, corrupção e falta de segurança. É relevante salientar que, desde o princípio, o Sudão do Sul já tinha que lidar com falta de infraestrutura, extrema pobreza, baixa qualidade de vida, disputas por petróleo e dificuldades na configuração do governo. A soma desses fatores pode ter sido a razão para que Machar reunisse o Movimento de Libertação do Povo do Sudão em Oposição (SPLM-IO), contrário ao presidente e seu governo (JOHNSON, 2014; OLIVEIRA, 2011; RADON; LOGAN, 2014; ROACH, 2016).

Entretanto, o real estopim do conflito de dezembro de 2013 ainda é discutido. O presidente alegou a ocorrência de uma tentativa fracassada de golpe de Estado, a qual não foi comprovada. Em resposta, ele enviou tropas para diversos bairros, tendo como alvo políticos opositores e a população da etnia *Nuer*, sendo que Machar é *Nuer* e Kiir é da etnia *Dinka*[2]. Por conseguinte, Machar instou que o Exército derrubasse Kiir e grupos de civis *Nuers* armados se juntaram a ele (JOHNSON, 2014).

Em 2014, começaram a ser reportadas violações de direitos humanos perpetradas por ambas as partes e a UNMISS redirecionou o seu mandato para, principalmente, proteger civis. Devido às hostilidades, muitos civis se abrigaram nas bases da Missão de Paz, o que levou, de maneira inédita, à criação dos *Protection of Civilians Site*s (PoCs)[3]. Em setembro de 2015, foi ratificado um acordo de paz, que resultaria em um período de transição até as eleições de 2018. O documento se propunha a corrigir as falhas do Estado e do CPA (particularmente no que se refere à inclusão política e à falta de transparência na gestão do petróleo), assim como renovar a confiança da população em seus líderes e no sistema político. Todavia, os relatos de desrespeito ao acordo foram recorrentes. Ambos os lados mantiveram a disputa pela liderança, gerando dúvidas no que se refere ao seu comprometimento com a paz (AGUILAR; ÁVILA, 2020; OCI, 2015; ROACH, 2016; UNSC, 2014).

Em fevereiro de 2016, Kiir, sob pressão internacional, chamou Machar novamente para o posto de vice-presidente, o que não implicou que as partes fossem reintegradas. Em julho, houve um surto de violência de quatro dias em Juba, causando aproximadamente 300 mortes. A partir desse momento, ocorreram intensos embates entre

[2] Essas são as duas maiores etnias do país (GUIMARÃES, 2013).

[3] Os PoCs se assemelham a campos de deslocados, porém, diferentemente de campos comuns, eles estão sob administração e proteção da UNMISS.

tropas fiéis aos dois lados e o governo passou a agir de maneira ainda mais hostil contra seus opositores, levando Machar a se exilar na República Democrática do Congo (RDC). Grupos armados anteriormente existentes e outros que foram surgindo junto a essas hostilidades também participaram ativamente do conflito[4]. Desse modo, a União Africana (UA) foi autorizada a enviar tropas regionais para se juntarem à missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e essas novas tropas teriam um mandato mais robusto para impor a paz (OCI, 2016a; OCI, 2016b; ROACH, 2016).

Novamente, foram realizadas inúmeras denúncias de violações de direitos humanos, particularmente violência sexual, detenção forçada, tortura, assassinatos e destruição de propriedades, configurando um quadro que se aproximava de um genocídio (OCI, 2016c; OCI, 2016d; OCI, 2017).

No espaço de tempo entre o acordo de 2015 e 2018, foram várias as tentativas falhas de fazer as partes retomarem a negociação. Finalmente, em setembro de 2018, foi assinado o Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul (R-ARCSS, em inglês), prevendo um sistema de *power sharing* (compartilhamento de poder)[5] e a instituição de um Governo de Transição Revitalizado de Unidade Nacional, além de tratar de questões como segurança, economia, justiça e reconciliação, assistência humanitária, reconstrução e desmilitarização de determinados locais. Está também previsto que as eleições devam ser realizadas em um período de transição de três anos. Entretanto, diversos grupos armados não o assinaram e outros assinaram-no com ressalvas. Mais ainda, houve dificuldades em estabelecer o governo de transição, problema que só foi solucionado em fevereiro de 2020 (AFRIYIE; JISONG; APPIAH, 2020; CAMPOS, 2019; ONAPA, 2019; UNMISS, 2020).

Ademais, há ainda um outro contratempo: desde a assinatura do R-ARCSS, a violência intercomunitária está em ascensão mais uma vez. Em maio de 2020, uma nova onda de conflitos intercomunitários assolou o país e autoridades locais demonstraram preocupação com essa nova empreitada. Esses confrontos não-estatais envolvem grupos bem organizados que estão vinculados a determinada identidade, seja ela religiosa, étnica, linguística ou cultural. Eles podem atuar de forma paralela ou se relacionar ao conflito

[4] Mais informações sobre esses outros grupos estão disponíveis em *International Crisis Group*, 2016.

[5] *Power Sharing* se refere à participação de representantes de todos os grupos relevantes para a tomada de decisão política. Esse "compartilhamento de poder" é empregado especialmente em governos democráticos em sociedades divididas (LIJPHART, 2004).

central, em que tomam partido de um dos lados. Os embates que realizam variam em grau, podendo causar a morte de dezenas, centenas ou até milhares de pessoas, sendo capazes de ultrapassar o índice de mortes de uma guerra civil, visto que as milícias também atacam os civis. Costumeiramente, essas ações acontecem em áreas rurais e remotas, mas podem suceder em zonas urbanas. As motivações para a ocorrência podem ser: a polarização em relação à guerra civil, baixa representação política, desconfiança em relação ao governo, proteção à comunidade, vinganças e tensões sobre recursos locais (particularmente gado e terra). Além disso, muitos grupos podem ser instrumentalizados e cooptados pelas partes em guerra ou mesmo receber armas e financiamento da elite política, que busca por meio deles os seus próprios interesses. Dessa maneira, eles estão cada vez mais militarizados, havendo uma ampla disponibilidade de armas leves. Perante esse quadro, é possível observar que um tipo de conflito interfere no outro e que, para atingir uma paz sustentável, a violência comunitária deve ser abordada nos processos de paz, interligando o âmbito local e nacional (KRAUSE, 2019; OCI 2019; OCHA, 2020b).

Deve-se ressaltar que os países vizinhos acabam interferindo no conflito. Por um lado, Uganda possui um histórico de apoio a Kiir, porém, com o tempo, foi deixando de auxiliá-lo e passou a atuar mais em busca do acordo entre as partes em disputa. Por outro lado, o Sudão, quando governado por Omar al-Bashir, era entendido como apoiador de Machar. A respeito da razão para o envolvimento desses países nas hostilidades, muito se fala no interesse relacionado ao petróleo. Etiópia e Quênia, por sua vez, atuam nos processos de mediação, assim como a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)[6], a qual patrocina as tentativas de paz. O grupo armado ugandês Exército de Resistência do Senhor (LRA, em inglês), realiza ataques na região, inclusive no Sudão do Sul. Portanto, é relevante considerar o escopo regional quando se interpreta o cenário sul sudanês. Ainda outros países dispensam atenção especial a esse contexto e ao processo de paz, como a China, os Estados Unidos (EUA), a Europa e a *Troika* (grupo composto por EUA, Noruega e Reino Unido que visa estabelecer a paz no Sudão do Sul)[7]. Há também importante participação da UNMISS, cujas funções atuais são auxiliar o processo de paz e a implementação do R-ARCSS, proteger civis, investigar

[6] A IGAD é uma organização regional constituída por oito Estados do leste africano e tem como objetivo trazer e preservar a paz, segurança e estabilidade na região, atuando por meio da gestão, prevenção e solução de conflitos dentro e entre os países (MAWADZA; CARCIOTTO, 2017).
[7] Dados adicionais sobre a participação externa no conflito podem ser encontrados em CAMPOS, 2017.

violações de direitos humanos e apoiar a entrega de ajuda humanitária (AFRIYIE; JISONG; APPIAH, 2020; CAMPOS, 2017; UNMISS, 2020).

Segundo dados do Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, 2019), a situação humanitária do país é muito delicada, uma vez que 7,5 milhões de pessoas necessitam de assistência em um país de cerca de 12 milhões de habitantes. No total, contabilizam-se 2,3 milhões de refugiados sul sudaneses ao longo de países como Sudão, Uganda, Etiópia, Quênia, RDC e República Centro-Africana, e 1,5 milhão de deslocados internos. Estima-se que, entre 2013 e 2018, 400 mil pessoas morreram devido ao conflito, sendo metade das mortes causadas por violência. É importante frisar que há significativa discrepância entre os dados obtidos sobre essas mortes, devido ao difícil acesso a informações. Ademais, nesta contabilização, não é possível distinguir entre os mortos em razão da guerra civil e as vítimas dos conflitos entre comunidades (KRAUSE, 2019).

Atualmente, após a assinatura do acordo R-ARCSS, houve alguns avanços, como o cessar-fogo em grande parte do território, alguns retornos voluntários de refugiados, progressos na relação entre Kiir e Machar e o estabelecimento de um governo de transição. Contudo, ainda há alguns entraves, tais como: incidentes violentos, ligados diretamente ou não ao conflito em termos amplos; violações ao acordo; impunidade; diversos casos de violência sexual; violações da liberdade de imprensa; ataques a trabalhadores humanitários; alegações de uso indevido das verbas; postergações dos prazos; e, especialmente, receio perante o histórico de tentativas falhas de alcançar a paz. Ademais, existem minas terrestres remanescentes e um quadro de criminalidade, o que torna a situação mais desafiadora aos civis que, de maneira geral, não se sentem seguros. Observando o contexto como um todo, o conflito foi reduzido, porém a adesão ao acordo de paz é insuficiente. O Conselho de Segurança da ONU compreende que a violência diminuiu desde a assinatura do acordo, mas permanece preocupado com questões políticas e de segurança (CAMPOS, 2019; OCI, 2019a; OCI, 2019b; OCI, 2019c; OCI, 2019d; OCI, 2020c; OCHA, 2019).

Em 2020, perante a pandemia de COVID-19, autoridades afirmam que as restrições por ela geradas são empecilhos para lidar com a segurança (OCI, 2020b). O Enviado Especial da ONU para a região dos Grandes Lagos, onde está localizado o Sudão do Sul, estima que as medidas preventivas junto à realocação de recursos para gerenciar

a crise sanitária irão, a longo prazo, debilitar as economias já frágeis, impactando os processos de paz e o desenvolvimento nessa área (OCI, 2020a).

À guisa de conclusão, diante da multiplicidade de atores e esse cenário complexo, são entendidos como os principais desafios para o país alcançar a paz: a frustração com a política e a governança, reduzida participação da população, baixa qualidade de vida, corrupção, ambição pessoal de seus líderes, rivalidades étnicas, dependência econômica em relação ao petróleo, disputa por recursos (petróleo, gado, terras), problemas de segurança e fragilidade das instituições. Para que se consiga finalmente conquistar uma paz sustentável, é necessário abordar todas essas raízes que geram não só o conflito mais amplo, mas todos os conflitos presentes no país.

REFERÊNCIAS

AFRIYIE, Frederick Appiah; JISONG, Jian; APPIAH, Kenneth Yaw. Comprehensive analysis of South Sudan Conflict: determinants and repercussions. **Journal Of Liberty And International Affairs**, Bitola, v. 6, n. 1, p. 33-47, maio 2020.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz; ÁVILA, Joel Henrique Fonseca. Proteção de civis na operação de paz da ONU no Sudão do Sul: o emprego conjunto de militares e policiais. **Diálogos**, Maringá, v. 24, n. 2, p. 397-416, maio 2020.

CAMPOS, Ligia Maria Caldeira Leite de. O Atual Conflito no Sudão do Sul. **Série Conflitos Internacionais**, Marília, v. 4, n. 2, p. 1-9, abr. 2017.

CAMPOS, Ligia Maria Caldeira Leite de. **O Conflito no Sudão do Sul e o Papel da Missão de Paz da ONU no País**. 2019. Texto publicado no site da Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operações de Paz. Disponível em: https://rebrapazblog.files.wordpress.com/2019/10/campos-conflito-no-sudc3a3o-do-sul-e-unmiss.pdf. Acesso em: 22 jul. 2020.

GUIMARÃES, Samara Dantas Palmeira. **O Papel do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na Construção do Governo da República do Sudão do Sul**: A Atuação do PNUD do Período Pré-Secessão ao Pós-Eleição (2009-2012). 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. South Sudan's South: Conflict in the Equatorias. **Africa Report**, Bruxelas, v. 236, n. 1, p.1-42, 25 maio 2016.

JOHNSON, Douglas H.. The Political Crisis in South Sudan. **African Studies Review**, Cambridge, v. 57, n. 3, p.167-174, dez. 2014.

KRAUSE, Jana. Stabilization and Local Conflicts: communal and civil war in South Sudan. **Ethnopolitics**, Amsterdã, v. 18, n. 5, p. 478-493, jul. 2019.

LIJPHART, Arend. Constitutional Design for Divided Societies. **Journal Of Democracy**, Washington, v. 15, n. 2, p.96-109, abr. 2004.

MAWADZA, Aquilina; CARCIOTTO, Sergio. South Sudan: A young country divided by civil war. **Scalabrini Institute For Human Mobility In Africa, Sihma**, Cidade do Cabo, v. 56, n. 7, p.1-17, fev. 2017.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS/OCI. **Informativo mensal nº 23**: Setembro de 2015. Marília: UNESP, p.1-6, set. 2015.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS/OCI. **Informativo nº 137**. Marília: UNESP, p. 1-10, jul. 2016a.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS/OCI. **Informativo nº 138**. Marília: UNESP, p.1-11, jul. 2016b.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS/OCI. **Informativo nº 145**. Marília: UNESP, p.1-10, set. 2016c.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS/OCI. **Informativo nº 157**. Marília: UNESP, p.1-11, dez. 2016d.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS/OCI. **Informativo nº 164**. Marília: UNESP, p.1-12, fev. 2017.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS/OCI. **Informativo nº 274**. Marília: UNESP, p.1-14, jun. 2019a.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS/OCI. **Informativo nº 279**. Marília: UNESP, p.1-16, ago. 2019b.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS/OCI. **Informativo nº 283**. Marília: UNESP, p.1-15, set. 2019c.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS/OCI. **Informativo nº 291**. Marília: UNESP, p.1-17, nov. 2019d.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS/OCI. **Informativo nº 301**. Marília: UNESP, p.1-14, abr. 2020a.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS/OCI. **Informativo nº 306**. Marília: UNESP, p.1-17, maio 2020b.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS/OCI. **Informativo nº 307**. Marília: UNESP, p.1-18, maio 2020c.

OCHA. **Humanitarian Needs Overview**: South Sudan 2020. 2019. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/South%20Sudan%20-%20Humanitarian%20needs%20overview%202020.pdf. Acesso em: 24 jul. 2020.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de; SILVA, Igor Castellano. Sudão do Sul: novo país, enormes desafios. **Meridiano 47**, Brasília, v. 12, n. 128, p.25-35, nov. 2011.

ONAPA, Sam Angulo. South Sudan power-sharing agreement R-ARCSS: the same thing expecting different results. **African Security Review**, Londres, v. 28, n. 2, p. 75-94, out. 2019.

RADON, Jenik; LOGAN, Sarah. South Sudan: Governance, Arrangements, War and Peace. **Journal Of International Affairs**, Hanover, v. 68, n. 1, p.149-167, nov. 2014.

ROACH, Steven C.. South Sudan: a volatile dynamic of accountability and peace. **International Affairs**, Malden, v. 92, n. 6, p.1343-1359, nov. 2016.

UNSC. **Resolution 1996 (2011)**. 2011. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmis/documents/sres1996_2011.pdf>. Acesso em: 08 maio 2017.

UNSC. **Resolution 2155 (2014)**. 2014. Disponível em: <www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2155(2014)>. Acesso em: 24 maio 2017.

UNMISS. **Mandate**. Disponível em: https://unmiss.unmissions.org/mandate. Acesso em: 24 jul. 2020.

UNMISS. **UN Security Council delegation arrives South Sudan**. 02 sep. 2016. 1 fotografia. Disponível em: www.flickr.com/photos/unmissmultimedia/29329188871/in/photolist. Acesso em: 24 jul. 2020

VARMA, Anjana. The Creation of South Sudan: Prospects and Challenges. **Observer Research Foundation**, Nova Deli, v. 27, n. 1, p.1-25, nov. 2011.

CONFLITO NO MÉXICO: DOS MOVIMENTOS GUERRILHEIROS AOS CARTÉIS DE DROGAS

João Estevam dos Santos Filho[1]

Fonte: Ferri (2017)

Atualmente, o México é palco de cinco conflitos armados: primeiro, entre o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o governo nacional; segundo, entre o Exército Popular Revolucionário (EPR) e o governo nacional; terceiro, entre os grupos de autodefesa e o governo nacional. Além desses, o país também passa por conflitos entre as Forças Armadas e os cartéis de drogas, que têm gerado um número muito alto de mortos e feridos por todo o país e, por último, cabe ressaltar os grupos paramilitares que se formaram sobretudo no estado de Chiapas.

O primeiro dos conflitos citados, entre o Estado mexicano e o Exército Zapatista, iniciou-se em 1994 com a ocupação de seis cidades em Chiapas, com reivindicações de pautas sociais pelos zapatistas (educação, saúde, trabalho, terra, dentre outros). A maioria de seus integrantes são indígenas, provenientes de distintas etnias maias de Chiapas (HAAR, 2012a). O cessar-fogo foi decretado pelo governo mexicano em 12 de janeiro de 1994, mas desde então vem se desenrolando o que muitos chamam de "guerra de baixa intensidade", com episódios de ocupação militar pelo governo na chamada "zona de

[1] Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais ‘San Tiago Dantas’ (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). E-mail: joaoestevam08@gmail.com

conflito" (municípios de Ocosingo, Altamirano y Las Margaritas e regiões adjuntas). Entre 1994 e 1996 o conflito produziu 155 mortes, mas nenhuma foi registrada desde então – o conflito entre o grupo insurgente e o governo persiste, mesmo sem enfrentamentos armados (UPSALA, 2019a). As negociações entre o governo mexicano e o grupo zapatista resultaram na aprovação de uma Lei Indígena em 2001 que legitimava as ocupações zapatistas em determinadas localidades do território de Chiapas. A estrutura de governo criada pelo EZLN incluiu a criação de "municípios autônomos" e de Juntas de Bom Governo a partir de 2003 (HAAR, 2012b).

Até finais da década de 1990, o conflito entre o Estado mexicano e o Exército Zapatista podia ser considerado um "conflito de baixa intensidade". Nesse sentido, o Exército mexicano reestruturou as suas tropas para utilizar unidades militares menores, com presença dispersa pelo território de Chiapas, para dissuadir novos surtos guerrilheiros. Além disso, a mídia também teve papel importante nesse tipo de conflito, uma vez que o governo utilizava as imagens mostradas na televisão para mobilizar a opinião pública a seu favor. Também cabe ressaltar que, nesses confrontos, as Forças Armadas mexicanas também utilizavam métodos ilegais como tortura, massacres a população civil, dentre outros (CISNEROS, 2015). Atualmente, o EZLN ainda mantém uma postura revolucionária contra o Estado mexicano tal qual se encontra atualmente, mesmo após a vitória eleitoral do candidato de esquerda Manuel López Obrador, que venceu as eleições presidenciais de 2018 (GARCÍA, 2018).

O segundo conflito se dá entre o governo nacional mexicano e o grupo guerrilheiro denominado Exército Popular Revolucionário (EPR). O EPR surgiu em 1994, influenciado pelas ações do movimento zapatista, sendo constituído por um conjunto de 14 organizações guerrilheiras, com a fusão Partido Revolucionário Trabalhador Clandestino União do Povo (PROCUP, na sigla em espanhol), mas estes começaram a sair do grupo a partir de 2001. O ponto de partida das ações do EPR foi o Massacre de Aguas Blancas, no qual 17 camponeses foram assassinados. Embora o conflito entre o EPR e governo tenham deixado um total de 53 mortos entre 1996 e 1998, não foram registradas mais mortes desde então, ainda que o EPR tenha seguido a realizar algumas ações armadas com pouca expressão, como, por exemplo, explosões de infraestruturas (LOFREDO, 2006).

O terceiro conflito existente no México expressa-se entre o governo e as autodefesas comunitárias. Estas surgiram a partir dos primeiros meses de 2013, tendo

como ação inicial a tomada de armas de policiais pela Autodefesa de La Ruana. Algumas horas depois uma ação semelhante foi feita no município de Tepalcatepec e, alguns dias depois, em Buenavista Tomatlán. A partir de novembro de 2013, o Conselho de Autodefesas decidiu expandir suas ações a outros municípios da região de Tierras Calientes. No final deste ano já tinham ocupado 17 municípios e em outros sete tinham uma presença periférica; ao passo que em janeiro de 2014 ocupavam 26 municípios e seguiram avançando. Dentre esses grupos, encontravam-se as Autodefesas de Michoacán, uma das principais e cujos enfrentamentos com grupos narcotraficantes gerou 66 mortes entre 2013 e 2015 (MANZO, 2015).

Diferentemente dos grupos guerrilheiros, o principal objetivo das autodefesas são combater as ações do grupo ligado ao crime organizado *Los Cabelleros Templarios*, cuja influência na região de Michoacán e outras áreas de Tierras Calientes é bastante intensa. Dessa forma, ao invés de se insurgirem contra o Estado mexicano, essas organizações buscavam muitas vezes ajudar as forças da Polícia Federal e do Exército na garantia da segurança de várias comunidades (sobretudo as periféricas). Em inícios de 2014 uma grande parcela dos indivíduos ligados às Autodefesas de Michoacán foram desmobilizados e reincorporados nos Corpos de Defesa Rural, entretanto, alguns integrantes não entregaram as armas, por isso, muitas autodefesas continuam em operação (MANZO, 2015). Em 2019, foi registrada a presença de ao menos 50 grupos de autodefesa que operam nos municípios de Guerrero, Michoacán, Veracruz, Morelos, Tamaupalias e Tabasco (EN MÉXICO…, 2019) desses, apenas seis se institucionalizaram, formando polícias comunitárias (que são reconhecidas legalmente). É importante notar também que alguns desses grupos entram em confronto entre si por disputas territoriais e outros são suspeitos de se envolverem com organizações criminosas – ou até serem grupos de fachada para atividade de crime organizado.

O México também é palco de confronto entre as forças do Estado e de grupos paramilitares. Tais grupos foram criados entre 1994 e 1995, nos estados de Chiapas, Guerrero e Oaxaca, relacionando-se à emergência do EZLN e à falta de autonomia que passaram a ter elites locais e envolvendo membros do Exército e da Polícia e políticos do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que governou o país durante a maior parte do século XX. Desse modo, esses grupos paramilitares surgiram com o propósito de combater o EZLN no estado de Chiapas, por meio de estratégias de contra insurgência. Dentre os financiadores e apoiadores dos paramilitares encontram-se: grupos externos a Chiapas, membros do governo federal, grupos partidários do PRI de âmbito local e

membros da força pública. Esses grupos também foram responsáveis por diversos crimes humanitários, incluindo a realização de massacres contra a população civil. Apesar dos esforços do governo federal (como no caso da administração de Vicente Fox) em combater esses grupos, eles ainda persistem e realizam confrontos com tropas públicas. Dentre eles, o principal é o intitulado "Desenvolvimento, Paz e Justiça" ou apenas "Paz e Justiça", formado em 1995 (OLNEY, 2011).

Por fim, o conflito armado que mais tem feito vítimas nos anos recentes é o confronto entre as Forças Armadas (sobretudo o Exército) e os cartéis de drogas, presentes em âmbito nacional. Durante as décadas de 1980 e 1990, o México surgiu como rota de passagem de drogas, sobretudo cocaína, que eram produzidas nos países andinos (Colômbia, Peru e Bolívia, principalmente) em direção ao mercado estadunidense. Com a militarização do combate ao narcotráfico, por parte dos Estados andinos, com a utilização das Forças Armadas no combate à produção e comercialização de entorpecentes e com a implementação de programas de interdição e fumigação aérea por parte do governo dos Estados Unidos, os grandes cartéis da Colômbia e dos demais países andinos passaram por um processo de declínio (ÁLVAREZ; LANDÍNEZ; NIETO, 2011).

Assim, a partir da década de 2000, os grupos narcotraficantes mexicanos, a princípio de "pequeno porte" passaram a ganhar importância e, dessa forma, crescer em recursos e poder. Desse modo, foram criados os grandes cartéis de drogas no território mexicano, os quais exportavam o produto para os Estados Unidos. Esse crescimento também acabou gerando maior violência, com os confrontos entre as forças estatais e as dos cartéis, além de acabar por influenciar o poder público, corrompendo tanto políticos quanto membros da Polícia (ÁLVAREZ; LANDÍNEZ; NIETO, 2011).

O território mexicano encontra-se dividido em zonas de influência sob o domínio de oito cartéis: Cartel de Sinaloa, Cartel do Golfo, Los Zetas, Los Cabelleros Templarios, Jalisco Nueva Generación, Cartel de Juárez, Organização Béltrán-Leyva e La Familia Michoacana, sendo o maior deles o Cartel de Sinaloa, que atua nos estados fronteiriços de Chiahuahua e Baja California e controla entre 40% e 60% do tráfico de drogas do país (PARK, 2016). Seu líder era o famoso traficante Joaquín "El Chapo". Entre 2006 e 2016, o conflito referente ao narcotráfico gerou cerca de 80.000 mortos. Além disso, mesmo atualmente o México passa por uma onda de violência (PÉREZ, 2020) que advém sobretudo de confrontos entre narcotraficantes e entre estes e as forças policiais e militares.

A partir de 2006, no governo de Felipe Calderón (2006-2012), o Estado mexicano passou a empregar as Forças Armadas, sobretudo o Exército, para combater o crime organizado no país, militarizando assim a segurança pública. Essa política também continuou durante o governo de Enrique Peña Nieto (2012-2018) e permanece até hoje, durante o governo de Manuel López Obrador (eleito em 2018). Entretanto, essa estratégia de combate ao narcotráfico não tem gerado grandes resultados na resolução dos conflitos no país, o que levou o atual governo a prometer uma reversão dessa política, com a criação de uma Guarda Nacional para lidar com o narcotráfico e a imigração ilegal (BENÍTEZ, 2019). Apesar disso, a proposta de criação dessa Guarda Nacional ainda é vista como uma forma de militarização da segurança pública mexicana (FERRI, 2018), uma vez que o Exército ainda continua com grande voz e atuação nessa nova instituição.

Além disso, em 2007, os governos do México e dos Estados Unidos, sendo George W. Bush como presidente na época, implementaram um programa de assistência de segurança (com grandes componentes militares) para fazer frente ao narcotráfico e à imigração ilegal na fronteira sul do México com Guatemala e Belize. Esse programa ficou conhecido como Iniciativa Mérida e esteve acoplada à política de segurança estadunidense denominada "guerra às drogas" e também à chamada "guerra ao terror". Por meio dele foram transferidos equipamentos de defesa e treinamentos de unidades das Forças Armadas mexicanas para atuarem na área de segurança pública (TURBIVILLE JR., 2010).

Tendo em vista essas fontes de conflito, o que se pode perceber do México é que o Estado ainda enfrenta resistência de grupos armados que ameaçam o seu monopólio do uso da força coercitiva. Além disso, a grande fragmentação dessas ações armadas acaba tornando o seu enfrentamento uma tarefa difícil para as forças estatais. Porém, mais do que isso, essa situação como um todo evidencia um cenário caracterizado pela existência de fraturas entre as elites locais e nacionais, a pouca atenção que é dada a questões sociais por parte das autoridades nacionais, estaduais e municipais, bem como às complexidades dos processos sociais no México, mesmo após a perda de hegemonia do PRI, no início do século XXI. Além disso, também se ressalta a importância da penetração estadunidense no Estado mexicano, inclusive (mas não somente) nas Forças Armadas do país, investindo em estratégias que se demonstraram falhas, como a militarização da segurança pública, e que servem aos interesses apenas de uma parcela da sociedade. Assim, os conflitos armados no México são fruto dos problemas sociais, econômicos e políticos pelos quais o país tem passado, principalmente a partir do final da Guerra Fria.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ Gómez, Christian; LANDÍNEZ Aceros, Jaime; NIETO Rojas, Johanna. Drogas y narcotráfico en México: percepción de amenaza y construcción del enemigo. In: VARGAS Velásquez, Alejo. **Fuerzas Armadas en la política antidrogas: Bolivia, Colombia y México**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011. p. 137-170.

BENÍTEZ Manaut, Raúl. México 2012-2018: las fuerzas armadas y el combate al crimen organizado. In: SAMPÓ, Carolina; ALDA, Sonia. **La transformación de las Fuerzas Armadas en América Latina ante el crimen organizado**. Lima: Centro de Estudios Estratégicos, 2019. p. 189-206.

CISNEROS, Leandro Marcelo. A guerra de baixa intensidade contras as comunidades zapatistas de Chiapas-México. **Revista Percursos**, v. 16, n. 32, 2015, p. 58-84.

EN MÉXICO hay 50 autodefensas. **El Universal**, México, 24 de ago. Disponível em: https://www.eluniversal.com.mx/estados/en-mexico-hay-50-autodefensas-en-seis-estados. Acesso em: 14 mar. 2021.

FERRI, P. Guerra contra as drogas no México entrega muitos mortos e poucas soluções. **El País**, Brasil, 11 fev. 2017. 1 fotografia. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/10/internacional/1486690615_255067.html. Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. López Obrador profundiza la militarización en México para frenar la violência. **El País**, [s,l], 15 nov. 2018. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2018/11/15/mexico/1542251500_751738.html. Acesso em: 14 março 2021.

HAAR, Gemma van Der. El movimiento zapatista de Chiapas: dimensiones de su lucha. **International Institute of Social History**, Amsterdã, 2012, p.1-24.

_____. El movimiento zapatista de Chiapas: dimensiones de su lucha. **International Institute Of Social History**, Amsterdã, 2012b, p.1-24.

PÉREZ, David Marcial. La ola de violencia sobrepasa la estrategia de seguridad de México. **El País**. 27 jun. 2020. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2020-06-27/la-ola-de-violencia-sobrepasa-la-estrategia-de-seguridad-de-mexico.html. Acesso em: 14 março 2021.

LOFREDO, Jorge. La otra guerrilla mexicana: Aproximaciones al estudio del Ejército Popular Revolucionario. **Desacatos**, Cidade do México, v. 1, n. 22, 2006, p.229-246.

MANZO, Enrique Guerra. Las autodefensas de Michoacán: Movimiento social, paramilitarismo y neocaciquismo. **Política y Cultura**, Cidade do México, v. 1, n. 44, 2015, p.7-31.

OLNEY, Patricia. La proliferación de los grupos paramilitares en el sur de México: ¿estrategia de estado o batalla entre élites políticas locales? **Desafíos**, Bogotá, v. 23, n. 2, 2011, p. 83-121.

PARK, Madison. Los-carteles del narcotráfico más importantes de México. **CNN**. 19 ago. 2016. Disponível em: https://cnnespanol.cnn.com/2016/08/19/los-carteles-del-narcotrafico-mas-importantes-de-mexico/. Acesso em: 14 mar. 2021.

GARCÍA, Jacobo. Só o zapatismo resiste a Obrador. **El País**. 18 jul. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/07/internacional/1530999712_945131.html. Acesso em: 14 mar. 2021.

TURBIVILLE, Graham H.. **U.S. military engagement with Mexico**: Uneasy past and challenging future. Florida: JSOU Press, 2010.

UPPSALA (Suécia). Uppsala Conflict Data Program: Mexico. 2019. Disponível em: https://ucdp.uu.se/#country/70. Acesso em: 11 ago. 2019a.

_____. Uppsala Conflict Data Program: Mexico. 2019. Disponível em: https://ucdp.uu.se/#country/70. Acesso em: 11 ago. 2019b.

CONHEÇA OS OUTROS PRODUTOS DO GEDES:

Observatório de Política Exterior (OPEx):

Projeto interinstitucional dedicado à produção de informes e análises sobre a Política Exterior de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, com base em reportagens veiculadas em jornais de grande circulação nos respectivos países.

Saiba mais: https://gedes-unesp.org/observatorio-de-politica-exterior/

Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas:

Projeto interinstitucional dedicado à produção de informes e análises sobre Defesa e Forças Armadas de países da América do Sul, com base em reportagens veiculadas em jornais de grande circulação.

Saiba mais: https://gedes-unesp.org/observatorio-sul-americano-defesa-forcas-armadas/

Grupo de Elaboração de Cenários Prospectivos:

Projeto dedicado ao estudo e aplicação de metodologias de elaboração de cenários prospectivos objetivando contribuir na divulgação de informações e perspectivas de cenários futuros, bem como fornecer subsídios para a tomada de decisões.

Saiba mais: https://gedes-unesp.org/cenarios-prospectivos/

ERIS:

Espaço aberto aos acadêmicos e especialistas para a publicação, em fluxo contínuo, de artigos e reflexões sobre temas de Defesa e Segurança Internacional.

Saiba mais: https://gedes-unesp.org/eris/

Atlas de Defesa Sul-Americana:

Desenvolvida no âmbito do Pró-Estratégia e Pró-Defesa 3, a plataforma online sistematiza dados sobre dimensões relevantes para informação e pesquisas em Defesa e Segurança Internacional sobre a América do Sul.

Saiba mais**:** https://gedes-unesp.org/atlas/

Rede Nacional de Estudos Estratégicos:

Espaço que reúne os produtos de Centros de Estudos Estratégicos civis e militares em pesquisa de ponta, bem como reflexões teóricas e metodológicas nas áreas de Paz, Defesa, Estratégia e Segurança Internacional.

Saiba mais: http://apps.unesp.br/renee/br/

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas'

(Unesp, Unicamp, PUC-SP)

Praça da Sé, 108 - 3º Andar - Sé - São Paulo - SP - CEP: 01001-900
Telefone: (11) 3116-1770 / (11) 3116-1780

Site: www.santiagodantas-ppgri.org

E-mail: relinter@unesp.br

GEDES
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Observatório de Conflitos